

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - NUCSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

Pâmela Bezerra Santos Fernandes

**Dimensões do Capital Social em Empreendimento Coletivo: Um estudo de caso no
Projeto Jacaré na Reserva Extrativista Lago Do Cuniã em Rondônia**

PORTO VELHO

2014

PÂMELA BEZERRA SANTOS FERNANDES

**Dimensões do Capital Social em Empreendimento Coletivo: Um estudo de caso no
Projeto Jacaré na Reserva Extrativista Lago Do Cuniã em Rondônia**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação Mestrado em
Administração da Universidade Federal de
Rondônia para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Carlos André Müller.

PORTO VELHO

2014

FICHA CATALOGRÁFICA
BIBLIOTECA PROF. ROBERTO DUARTE PIRES

F363d

Fernades, Pâmela Bezerra Santos.

Dimensões do capital social em empreendimento coletivo: um estudo de caso no projeto jacaré na reserva extrativista lago do Cuniã em Rondônia / Pâmela Bezerra Santos. - Porto Velho, Rondônia, 2014. 115f.

Orientador: Prof. Dr. Carlos André Muller
Dissertação (Mestrado em Administração) - Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR

1. Administração. 2.Capital social - reserva extrativista lago do Cuniã - Rondônia. 3.Extrativismo - jacaré. I.Muller, Carlos André. II.Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR.III. Título.

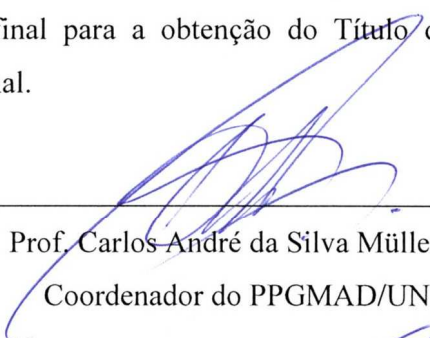
CDU: 658:304

Bibliotecária Responsável: Carolina Cavalcante CRB11/1579

Pâmela Bezerra Santos Fernandes


**Dimensões do Capital Social em Empreendimento Coletivo: Um estudo de caso no
Projeto Jacaré na Reserva Extrativista Lago Do Cuniã em Rondônia**

Dissertação apresentada em 29 de Dezembro de 2014 ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração (PPGMAD) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) como requisito final para a obtenção do Título de Mestra em Administração e aprovada em sua forma final.

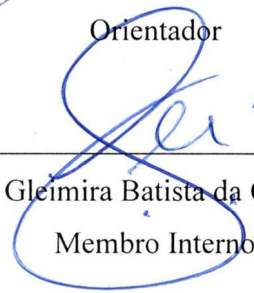


Prof. Carlos André da Silva Müller, Dr.
Coordenador do PPGMAD/UNIR

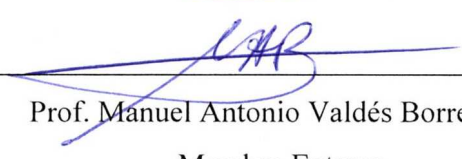
Comissão Examinadora



Prof. Carlos André da Silva Müller, Dr.
Orientador



Profª. Gleimira Batista da Costa, Drª.
Membro Interno



Prof. Manuel Antonio Valdés Borrer, Dr.
Membro Externo

PORTO VELHO

2014

**Dedico este trabalho a minha
família, meus pais, meus irmãos, meu
esposo e meus filhos, meu esteio.**

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro agradecimento é a Deus pelo cuidado, proteção e saúde que considero dádivas imensuráveis e sem as quais não seria possível sonhar com este estudo.

Agradeço à minha mãe Elizabeth, que acreditou em minha competência para estar nesta empreitada que é a realização do Mestrado e me proporcionou condições emocionais e práticas para que fosse possível concluir este trabalho.

Ao meu pai Edmar que sempre motivou a busca pelo conhecimento e pelo qual expresse minha gratidão pela paciência e compreensão e cuidados paternos.

Agradeço aos meus irmãos Boniek e Élen Rita os quais representam sentimento de amor e companheirismo eternos.

Agradeço ao meu esposo Jeremias por seu amor, desprendimento, dedicação e carinho, amado do meu coração.

Aos meus pequenos Gustavo e Isabela que me proporcionam diariamente a alegria de ser mãe e contar com a simplicidade de simplesmente existir.

Aos familiares e amigos que me incentivaram entenderam a minha ausência, mas são aqueles com quem sempre posso contar.

Aos meus parceiros de trabalho na Caixa Econômica Federal (GIHAB e GIGOV) por acreditar neste projeto e disponibilizar o suporte necessário para que fosse possível conciliar a realização deste trabalho com a carreira profissional na CEF. Muito obrigada a vocês, Nildson Ribeiro de Araújo, Elenice Marques Carraro, Eliane Antunes de Souza, Orli José Batista e Nadja Dias de Souza.

Aos amigos que fiz durante o curso José Kennedy, Angelina Licório, Eslei Reis e em especial Mariana Pardo e Larissa Ananda Paiva Maciel, companheiras e parceiras com as quais tive o prazer de estudar.

Ao professor e amigo Carlos André que tem me acompanhado na jornada acadêmica e nunca mediu esforços para que este trabalho fosse realizado.

Aos professores do PPGMAD com os quais tive o privilégio de compartilhar conhecimento Osmar Siena, Theóphilo Alves de Souza Filho, Mariluce Paes de Souza, José Moreira da Silva Neto.

Aos extrativistas da RESEX Lago do Cuniã, à ASMOCUN e à cooperativa COOPCUNIÃ, em especial o Sr.Ednaldo Fernandes e sua cooperação em disponibilizar contatos e oportunizar diálogos entre a comunidade e a pesquisadora.

Ao ICMBio, representado pelo Sr.Cristiano Andrey Souza do Vale pela disposição em contribuir com a pesquisa e disponibilização de acesso à comunidade e ricos materiais de informação.

À empresa REGON, representada pelo Sr.Luis Otávio Possas pela abertura de diálogo e confiança neste projeto.

Agradecimentos também ao Supermercado Araújo, SEMAGRIC, EMATER, SEMMA, RAN e o Conselho de Gestão Integrada Cuniã-Jacundá.

Muito obrigada a todos.

FERNANDES, P.B.S. Dimensions of Social Capital in Collective Project: A case study in Alligator Project in Extractive Lake Cuniã in Rondônia. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração – Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Porto Velho, 2014.

RESUMO

Por muito tempo as discussões acerca do desenvolvimento econômico e a preservação da natureza têm sido levantadas por autoridades e pela sociedade civil. No Brasil, uma das soluções para a preservação ambiental foi a criação de unidades de conservação de uso sustentável, as reservas extrativistas, que têm como objetivo a conservação de áreas naturais e a manutenção das atividades econômicas e sociais da população local. Uma dessas reservas extrativistas é a Reserva Extrativista Lago do Cuniã no Estado de Rondônia, que tem o bioma caracterizado pela alta densidade de jacarés. Preocupados com os riscos inerentes à presença desses animais e visando também a criação de atividade remunerada que atendesse aos objetivos de uma reserva extrativista, a comunidade local em parceria com instituições públicas e privadas conseguiu aprovação do Projeto de Plano de Manejo de Jacarés, onde mediante realização de estudos sobre população de jacarés, foi autorizado o abate anual de cotas para a comercialização da carne da pele de animal. Este engajamento da comunidade que favorece um clima de cooperação e respeito entre as pessoas pode ser analisado pelo enfoque das Dimensões do Capital Social, que vê nas redes de relacionamentos estabelecidas pela confiança e cooperação mútuas um recurso importante para a condução de assuntos sociais. Os resultados mostraram que o engajamento, a confiança, as normas e a reciprocidade existentes nos relacionamentos contribuíram para o sucesso do empreendimento coletivo.

Palavras-chave: Capital social, RESEX Lago do Cuniã, Jacaré, Carne, Pele.

FERNANDES, P.B.S. Collective Enterprise in Extractive Reserve: analysis of the relationships established for marketing alligator meat and skin through the Social Capital. Dissertation (Master) - Graduate Program Masters Course in Administration - Federal University of Rondônia - UNIR, Porto Velho, 2014.

ABSTRACT

Long discussions about economic development and the preservation of nature have been raised by authorities and civil society. In Brazil one of the solutions for environmental preservation was the creation of sustainable use protected areas, extractive reserves, which is aimed at conservation of natural areas and the maintenance of economic and social activities of the local population. One of these extractive reserves is the Extractive Reserve Lake Cuniã in Rondônia State, which has the biome characterized by high density of alligators. Concerned about the risks inherent in the presence of these animals and aiming at the creation of paid work that would meet the objectives of an extractive reserve, the local community in partnership with public and private institutions won approval of Alligators Management Plan Project, which upon completion studies on population of alligators, authorized the annual harvest quotas for the marketing of animal skin flesh. This community engagement that fosters a climate of cooperation and respect among people can be analyzed by the focus of the Dimensions of Social Capital, which sees the relationship networks established by mutual trust and cooperation an important resource for the conduct of social affairs. The results showed that engagement, trust, norms and existing reciprocity in relationships contributed to the success of the collective enterprise

Key Words: Social Capital, RESEX Lago do Cuniã, Alligator, Meat, Skin

LISTA DE ABREVIATURAS

ASMOCUN	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CUNIÃ
CEDSA	CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINAR EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA
COOPCUNIÃ	COOPERATIVA DO CUNIÃ
CNS	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL
EMATER	EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL
IBAMA	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE
ICMBio	INSTITUTO BRASILEIRO DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
ONG	ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL
PIC	PROJETO INTEGRADO DE COLONIZAÇÃO
RAN	CENTRO NACIONAL DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DE RÉPTEIS E ANFÍBIOS
RESEX	RESERVA EXTRATIVISTA
SAE	SANTO ANTÔNIO ENERGIA
SEMAGRIC	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
SEMA	SECRETARIA ESPECIAL DO MEIO AMBIENTE
SEMMA	SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
SNUC	SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
UC	UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - População da pesquisa	47
Figura 2 - Processo de Aprovação do Plano de Manejo da RESEX Lago do Cuniã.....	54
Figura 3 - Organograma da COOPCUNIÃ	57
Figura 4 - Vínculos estabelecidos pós-aprovação	59
Figura 5 - Reciprocidade	63

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Conceitos de Capital Social	23
Quadro 2 - Dimensões do Capital Social	26
Quadro 3 - Classificação das Unidades de Conservação	42
Quadro 4 - População e Amostra Seleccionada	48
Quadro 5 - Dimensões do capital social no contexto teórico-empírico.....	49
Quadro 6 - Análise de conteúdo - Codificação e Categorização.....	51
Quadro 7 - Análise de Conteúdo Categoria “Confiança”	64
Quadro 8 - Análise de Conteúdo Categoria “Identificação Social”	66
Quadro 9 - Projetos em Andamento na RESEX Lago do Cuniã.....	70

Sumário

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 Contextualização	12
1.2 Problematização	14
1.3 Objetivos da Pesquisa	15
1.3.1 Objetivo geral:	15
1.3.2 Objetivos específicos:	15
1.4 Justificativa	16
1.5 Organização do trabalho	17
2. REFERENCIAL TEÓRICO-EMPÍRICO	18
2.1. Capital Social	18
2.2 Dimensão Estrutural do Capital Social	23
2.2.1 Laços da Rede – Conexões	25
2.2.2 Configuração da Rede	26
2.2.3 Organização Adequada	27
2.3 Dimensão Relacional do Capital Social	28
2.3.1 Confiança	28
2.3.2 Normas	30
2.3.3 Obrigações e Expectativas	31
2.3.4 Identificação Social	32
2.4 Dimensão Cognitiva do Capital Social	32
2.4.1 Códigos e Linguagem Partilhados	34
2.4.2 Narrativas Partilhadas	34
3. RESERVAS EXTRATIVISTAS	36
3.1 Contextualização	36
3.2 Unidades de Conservação	39
3.3 A RESEX Lago do Cuniã	41
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	43
4.1 Etapas da Pesquisa	43
4.2 Tipologia da Pesquisa	43
4.3 Amostra e População	44
4.4 Coleta de dados e definição Constitutiva e Operacional dos Constructos	46

4.5 Análise e Tratamento dos Dados	48
5. ANÁLISE DOS RESULTADOS	51
5.1 O Projeto de Plano de Manejo de Jacaré na RESEX Lago do Cuniã.....	51
5.2 Descrição dos atores sociais	52
5.3 Vínculos estabelecidos pós aprovação do Plano de Manejo	56
5.4 Análise das Relações Estabelecidas	59
5.5 Compreensão das Características Cognitivas dos Atores Sociais	63
5.6 Produto Econômico, Ambiental e Social	65
6. CONCLUSÃO	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	72
APÊNDICE A Roteiro de Entrevista Instituições.....	76
APÊNDICE B Roteiro de Entrevista Extrativistas	78
ANEXO 1 - Autorização ICMBio	

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

A busca por equilíbrio social, ambiental e econômico é considerada prioridade nas agendas política e econômica mundiais. Criar leis e mecanismos de fiscalização são formas de controle, mas para alcançar este equilíbrio são necessárias mudanças que vão além daquilo que as autoridades podem impor, são mudanças de comportamento individual e conscientização coletiva.

Ao longo da história diversos debates foram promovidos por organizações de magnitude internacional para melhor compreender a relação existente entre meio ambiente e o homem. O Clube de Roma, fundado em 1968, é um exemplo disso, pois reuniu profissionais de todo do mundo e de várias áreas em torno da discussão sobre a escassez dos recursos naturais e a dependência que o homem tem destes recursos. O resultado foi a publicação do relatório “Os limites do crescimento” que abordava a preocupação com relação ao consumo desenfreado de recursos naturais frente à crescente escassez dos mesmos.

Em 1987 o documento “Nosso Futuro Comum” apresenta maior maturidade em relação ao desenvolvimento sustentável, “aquele que atende às necessidades presentes sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (Nosso Futuro Comum). No Brasil também foram realizados eventos como Rio 92 e a Rio +20. A *Agenda 21* é um dos documentos assinados na RIO 92 e mostra a necessidade de mudança de comportamento da humanidade em relação às questões ambientais, que hoje abrangem o cumprimento da meta de redução de emissão de gases de efeito estufa (estabelecida pelo Protocolo de Kyoto), como também a melhoria da qualidade de vida dos mais pobres levando em conta o impacto social que esses desequilíbrios ambientais podem trazer, como a fome e a miséria.

Sendo assim, é imprescindível que a conservação de áreas naturais tenha relevância nas ações e decisões de governos, empresas privadas e da sociedade civil, a fim de garantir a biodiversidade necessária para o equilíbrio e bem estar de todos. De acordo com Almeida (2007), as medidas de preservação de recursos naturais teriam mais chances de sucesso se tomadas sob a responsabilidade das comunidades, que compartilhariam de seus benefícios. Ou seja, o reconhecimento cognitivo de questões como esta deveria ser a mudança que a humanidade precisa ter em relação ao meio ambiente.

O patrimônio que desejamos deixar para as gerações futuras depende das escolhas feitas em cada lugar do planeta, desde o chefe de uma vila em Bangladesh até a sala da diretoria de uma empresa em um arranha-céu de Nova York, ou seja, de autoridades internacionais ao mais simples consumidor (ALMEIDA, 2007, p.12).

Neste sentido, à medida que a conscientização das questões ambientais avança, também são criadas normas, legislações e instituições em prol de garantir comportamentos e atitudes necessários para se manter uma “ordem ambiental”.

No Brasil, uma das medidas em busca da conservação dos recursos naturais foi a criação de Reservas Extrativistas, uma categoria de Unidade de Conservação da Natureza, que alinhada às questões de sustentabilidade, tem como pressuposto a preservação da natureza e a manutenção de populações tradicionais.

As reservas extrativistas foram, senão a primeira, uma das primeiras propostas concretas feita no Brasil para conciliar preservação ambiental com desenvolvimento econômico e a inclusão social (ALMEIDA, 2007). As RESEX foram criadas com a intenção de conciliar os problemas inerentes à ocupação territorial e assegurar a sobrevivência das populações tradicionais pela atividade econômica sustentável, o extrativismo. Ou seja, as reservas extrativistas tratariam de questões ambientais, econômicas e sociais, o que significa dizer que as interações dos atores deste contexto estariam sujeitas às relações entre indivíduos e entre organizações.

Neste sentido, os esforços individuais dos extrativistas e de populações tradicionais estariam associados às questões de sociabilidade, envolvendo interesses individuais e coletivos em prol da melhoria da qualidade de vida de todos.

A RESEX Lago do Cuniã, localizada no Município de Porto Velho, é apontada como exemplo de sociedade mobilizada e engajada aos interesses coletivos, tendo como principais atividades a produção de farinha, a pesca e a extração do açaí, esta RESEX foi a primeira reserva extrativista a realizar o abate de jacaré silvestre e o beneficiamento de sua carne (ICMBIO, 2011).

A RESEX é considerada pioneira pela iniciativa na criação do projeto de manejo de jacarés da natureza no Brasil. A iniciativa para a realização do projeto deu-se devido às altas densidades de jacarés no bioma da reserva. Iniciado em 2004, o projeto contou com ações de pesquisa e desenvolvimento da cadeia produtiva da espécie, como também a capacitação dos moradores em gestão comunitária, além de várias outras atividades nos âmbitos biológicos e socioeconômico (ICMBIO, 2011).

A comunidade do Lago do Cuniã possui diversas entidades de representação, porém as mais representativas são ASMOCUN, que exerce papel de cunho sócio político e a COOPCUNIÃ, de cunho econômico, que promove a comercialização dos produtos da RESEX (IFRO, 2013).

Sob este aspecto a teoria do capital social mostra-se com enfoque relativo às relações sociais, à estrutura onde estas se encontram e ao produto social proveniente das interações entre os indivíduos, cuja proposta central é a análise das relações sociais como importante recurso na condução dos assuntos sociais (BOURDIEU, 1986; COLEMAN, 1988, 1990, PUTNAM, 1993).

O capital social de uma sociedade abrange aspectos que, por serem considerados complexos, não podem ser interpretados em um contexto unidimensional, tendo em vista que o comportamento individual e coletivo pode conter atributos subjacentes que só podem ser analisados em seu contexto social (NAHAPIET, GHOSHAL, 1998, PUTNAM, 1993).

Desta forma, o capital social pode ser analisado no contexto de suas dimensões: a dimensão estrutural, a dimensão cognitiva e a dimensão relacional. A dimensão estrutural do capital social está relacionada a aspectos das interações sociais, sua intensidade e sua capacidade de adaptação; a dimensão cognitiva aborda aspectos de como a difusão de um discurso comum é capaz de criar linguagens e narrativas em comum sob as quais um comportamento individual pode moldar-se e a dimensão relacional trata de questões de confiabilidade, cooperação e sociabilidade. (NAHAPIET; GHOSHAL, 1998).

1.2 Problematização

A criação das reservas extrativistas no Brasil levantou questionamentos de ordens econômica, ambiental e social. O que chama atenção é a dicotomia presente nas entrelinhas do próprio nome “Reserva Extrativista”, que expressa dois termos não conciliáveis.

A história de ocupação das áreas denominadas hoje como Reservas Extrativistas foi marcada por conflitos sociais gerados em torno do interesse pela preservação ambiental, do direito à ocupação territorial e da condição de subsistência.

Todavia, as populações tradicionais de áreas como estas são compostas por indivíduos que em meio ao cenário de globalização e de disseminação do conhecimento buscam melhores condições de vida e não somente uma condição de subsistência. Muitas vezes, por ocuparem áreas de difícil acesso, onde condições de educação, saúde, saneamento básico e

segurança são limitadas, essas comunidades se vêem em situação que os compele às lutas sociais pelo direito à melhoria da qualidade de vida.

Neste sentido, nota-se o avanço que questões relacionadas aos direitos humanos e à sustentabilidade no que diz respeito ao papel do trabalho extrativista para a economia e à inclusão social. Neste contexto, encontram-se a iniciativa, pela comunidade extrativista, de realização de projetos de ordem econômica que proporcionam (através da mobilização social) a melhoria da renda dos extrativistas como a RESEX Lago do Cuniã.

Desta forma, este estudo buscar encontrar a resposta para o seguinte questionamento:

Como as dimensões do Capital Social podem explicar a ação social dos atores que contribuíram para a efetivação do empreendimento coletivo de comercialização de carne e pele de jacaré na RESEX Lago do Cuniã?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar como os elementos das dimensões do Capital Social se manifestam nos atores envolvidos no Projeto Jacaré e de que maneira contribuem para efetivação do empreendimento coletivo de comercialização da carne e pele de jacaré na RESEX Lago do Cuniã.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Identificar as características estruturais na rede estabelecida para comercialização da carne e pele de na RESEX Lago do Cuniã;
- Avaliar as relações estabelecidas entre os atores sociais envolvidos no processo de comercialização;
- Compreender as características cognitivas dos atores sociais dentro do contexto do Projeto de Manejo.
- Verificar o seu produto social e econômico e ambiental.

1.4 Justificativa

O conceito de desenvolvimento sustentável vem crescendo ao longo dos anos, devido ao crescente debate internacional acerca dos caminhos traçados pela humanidade, em especial no uso insustentável dos recursos naturais. O Relatório Nosso Futuro Comum das Nações Unidas, o Clube de Roma, bem como a Rio-92, são manifestações de entidades internacionais que buscavam soluções para a questão da sustentabilidade.

Porém, a preocupação com a manutenção dos recursos naturais não pode ser apenas matéria de debates feitos por autoridades e organizações influentes, este assunto deve ser levado ao mais simples nível de entendimento, da população comum às comunidades científicas. Para tanto, a mudança de pensamento individual alinhada a ações coletivas de conscientização são importantes. Por isso, a organização de uma comunidade, seja de maneira formal ou informal, traz ao grupo conquistas que sem a presença destas interações não existiriam.

Neste contexto, este estudo alinha-se aos objetivos do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração da Universidade Federal de Rondônia, no sentido de fomentar as pesquisas realizadas pelo Centro de Estudos Interdisciplinar em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (CEDSA), que através de estudos e projetos de pesquisa, intervenção, formação e capacitação de recursos humanos buscam alternativas para o desenvolvimento socioeconômico do Estado de Rondônia.

Destarte, a análise das interações sociais fundamentadas pela existência de redes sociais que se estabelecem por meio de um contexto de confiança baseada na reciprocidade de comportamentos pode explicar o desenvolvimento de uma determinada região.

As RESEX no Brasil possuem uma trajetória histórica e cultural que indicam as características estruturais, relacionais e cognitivas de suas populações tradicionais, desta forma, as pesquisas realizadas em reservas extrativistas somente serão completas se estes aspectos forem considerados, visto que, sob esta ótica, não é possível desagregar o contexto social, econômico e ambiental existente nestas comunidades.

Ademais, a relevância deste estudo está em mostrar o poder que a ação coletiva pode exercer no sentido de proporcionar melhorias à qualidade de vida das sociedades, bem como pretende levantar postura crítica em relação às questões econômicas, ambientais e sociais no contexto da RESEX Lago do Cuniã.

1.5 Organização do Trabalho

Este trabalho possui cinco sessões as quais se apresentam no seguinte formato: no primeiro capítulo estão a introdução e a contextualização da pesquisa nos cenários macro – debate sustentável a nível mundial, e micro – as reservas extrativistas no Brasil como alternativa de materialização dos ideais sustentáveis. Neste capítulo constam a problemática da pesquisa, os objetivos e a justificativa do estudo.

No capítulo seguinte apresenta-se o referencial teórico que embasa este estudo, a Teoria do Capital Social, que inicia com o a contextualização do conceito de capital social e posteriormente expõe os principais paradigmas desta teoria e os principais autores encontrados na literatura das ciências sociais, econômica e política e finaliza-se com apresentação da análise do Capital Social sob o enfoque das dimensões estrutural, relacional e cognitiva propostas pelos estudos dos autores Nahapiet e Ghoshal (1998).

O capítulo três apresenta a contextualização do surgimento das Reservas Extrativistas no Brasil, o cenário ambiental, social e político que proporcionou o surgimento das RESEX e a história do movimento de resistência que impulsionou a criação destas. Nesta sessão também é apresentada a história de ocupação da RESEX Lago do Cuniã e a conjuntura desta no cenário local.

No capítulo quatro são apresentados os procedimentos metodológicos da pesquisa, o delineamento da pesquisa e sua abrangência, tipologia, amostra e população, procedimentos de coleta de dados e definição constitutiva e operacional dos constructos e a técnica utilizada para análise e tratamento dos dados.

O capítulo cinco apresenta os resultados da pesquisa, a caracterização do objeto de estudo, a análise dos constructos identificados nas Dimensões Estrutural, Relacional e Cognitiva do Capital Social por meio dos discursos apresentados e a visão da autora em relação aos mesmos.

A última sessão do trabalho apresenta as principais conclusões do trabalho e as recomendações identificadas no estudo que podem contribuir como sugestão para estudos futuros no contexto do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração da Universidade Federal de Rondônia.

2. REFERENCIAL TEÓRICO-EMPÍRICO

2.1 Capital Social

Os estudos sobre capital social têm recebido maior notoriedade nas ciências sociais e econômicas nas últimas décadas. Nesta teoria a análise das relações sociais e seus atributos são considerados elementos influenciadores da ação social (BOURDIEU 1986; COLEMAN 1988; 1990; PUTNAM, 2002).

Os conceitos da teoria do capital social podem ser aplicados em uma ampla variedade de fenômenos sociais, todavia os estudiosos vêm dando cada vez mais atenção para o papel do capital social como uma influência no desenvolvimento do capital humano (COLEMAN, 1988), e no desempenho político e econômico das sociedades (PUTNAM, 2002; FUKUYAMA, 1995).

Para Putnam (2002) a existência de comunidades cívicas baseada nas relações voluntárias era o que diferenciava as comunidades da Itália, inclusive seu desempenho econômico e político. Em sua análise, o capital social é descrito como um fenômeno social que se baseia na associação dos indivíduos em redes horizontais e na existência de confiança mútua e reciprocidade (FURLANETTO, 2008). Neste contexto, as instituições existentes em uma sociedade seriam reforçadas pelo engajamento cívico e o dilema da ação social resolvidos, pois o engajamento é o que explica o porquê de comunidades com recursos econômicos e humanos semelhantes terem capacidades diferentes de resolver seus problemas pela ação coletiva (FURLANETTO, 2008, PUTNAM, 2002).

Não há consenso entre os estudiosos da Teoria do capital social (BOURDIEU, 1986; COLEMAN, 1988,1990; PUTNAM, 2002) quanto à motivação individual para agir coletivamente. Na perspectiva da teoria do ator racional, por exemplo, os atores sociais tomariam suas decisões baseados no interesse de maximização dos ganhos e redução de custos, ou seja, o interesse econômico e material os levaria a agir e colaborar com ações coletivas. Uma das críticas a esta teoria baseia-se na aceitação de que os atores agem racionalmente e que as motivações econômicas estariam no centro das decisões, o que excluiria, portanto, as demais motivações afetivas e morais, por exemplo. (BOURDIEU, 1986).

Sobre este aspecto, em *Foundations of Social Theory*, Coleman (1990), propõe que os atores agem conscientemente em situações que do ponto de vista do ator são consideradas racionais. Um exemplo disso está em sua análise da troca de favores, onde quem presta um

favor analisa racionalmente a atitude de presteza em uma hipotética situação futura de retribuição, ou seja, nesta situação o custo de fazer o favor será sempre menor, pois o indivíduo irá dispor de algo que para ele não será tão custoso no presente, mas para o outro é de grande valia e em situação futura receberia de volta o favor em semelhante circunstância (COLEMAN, 1990 S309-310).

Neste exemplo, percebe-se o caráter reducionista da teoria do ator racional, onde questões referentes à cultura, ao contexto histórico e religioso não podem ser mensuradas em sua totalidade (BOURDIEU, 1986), todavia existe consenso teórico quanto à compreensão da realidade de fenômenos sociais exigir a análise de ações nos níveis macro (estruturas sociais) para micro (ações individuais) e micro para macro (COLEMAN, 1990) .

Por outro lado, é possível que aquele que preste favor realmente não espere retribuição, e agindo com generosidade esteja respondendo a um tipo de regra de reciprocidade. A regra de reciprocidade explicaria a existência de expectativas mútuas de que um favor concedido hoje venha a ser retribuído no futuro, ou seja, a regra de reciprocidade é uma conduta considerada altamente produtiva do capital social, pois em comunidades em que essa regra é obedecida existem melhores condições de coibir o oportunismo e solucionar os problemas da ação coletiva (PUTNAM, 2002). “A regra da reciprocidade generalizada serve para conciliar interesse próprio com solidariedade” (COLEMAN, 1990; PUTNAM, 2002, p.220).

Desta forma, percebe-se que o elemento para o avanço dos estudos sobre o capital social baseia-se no paradigma do interesse individual *versus* interesse coletivo, ou seja, a sociedade influenciando o comportamento individual, que está sujeito ao seu contexto histórico e cultural – o *habitus*¹ (BOURDIEU, 1986), como também a normas de conduta estabelecidas na rede onde está inserido (COLEMAN, 1990).

Para melhor esclarecimento sobre o tema, o Quadro 1 apresenta as principais referências encontradas na literatura, os conceitos e as perspectivas teóricas dos autores identificados.

¹ Segundo Bourdieu (1986), o *habitus* é o contexto histórico e cultural a qual o indivíduo é submetido ao longo de sua vida, é a interiorização de princípios, traduz-se também como as práticas ou comportamentos dos indivíduos frente a situações determinadas, não havendo, portanto, escolha individual racionalmente calculada.

Quadro 1 - Conceitos de Capital Social

Referência	Perspectiva Teórica	Conceito de Capital Social
Adler e Kwon (2002)	Propõe que o capital social é composto por atores individuais e coletivos que atuam dentro de uma de relações sociais configuradas por seu conteúdo apresentando-se em três formas: redes, normas partilhadas e crenças partilhadas.	O capital social é um recurso de agentes derivados de estruturas sociais específicas e então usado em função de seus interesses, o capital social pode ser criado pelas mudanças nas relações entre os agentes.
Banco Mundial (2008)	Vinculou o tema às questões relacionadas à pobreza e utilizou o conceito na avaliação de projetos de desenvolvimento.	O capital social refere-se às instituições, relações e normas que moldam a qualidade e a quantidade das interações sociais de uma sociedade. Mostra que a coesão social é fundamental para que as sociedades prosperem economicamente e para que o desenvolvimento seja sustentável. O capital social não é apenas a soma das instituições que a sustentam uma sociedade, é a cola que os une.
Bourdieu (1986)	É contra a teoria do ator racional, para ele as decisões são baseadas no <i>habitus</i> que são as práticas ou comportamentos dos indivíduos frente a situações determinadas, não havendo, portanto, escolha individual racionalmente calculada. Em sua perspectiva ainda a luta de classes e a luta pelo poder se manifestam no capital social, pois para o autor o capital social encontra-se em maior concentração nas classes dominantes do poder.	O capital social é um agregador de recursos reais ou potenciais que possibilitam o pertencimento duradouro a determinados grupos e instituições.
Burt (2000)	Teoria dos Buracos Estruturais	A interligação entre pessoas ou grupos de pessoas, baseadas em relações de confiança e troca, proporciona vantagens em termos de retornos mais elevados dos esforços para os envolvidos no processo.
Coleman (1988,1990)	Está entre os estudiosos que adotaram o paradigma do ator racional que age perseguindo fins previamente definidos.	O capital social é caracterizado como as atribuições de uma organização como confiança, normas, redes, que facilitam ações coordenadas e melhoram a eficiência da sociedade. O capital social é, na perspectiva de sua função considerado produtivo e proporciona aos indivíduos benefícios que fora do contexto social no qual se encontram inseridos, não existiriam. O capital social não se apresenta como uma entidade única, mas sim como diversas entidades distintas, com dois elementos em comum: consistem aspectos das estrutura social e facilitam ações dos indivíduos dentro da estrutura.
Fukuyama (1995)	Através de análises de processos de desenvolvimento industrial nos EUA e em países da Europa e da Ásia, o autor realizou o estudo das relações entre prosperidade econômica, cultura e capital social.	O capital social é um conjunto de valores e normas informais, comuns aos membros de um grupo que permitem a cooperação entre eles.
Furlanetto (2008)	Baseado nos estudos da Teoria Institucional o autor propoe uma complementaridade dos estudos sobre Teoria Institucional de North, da Teoria dos Custos de Transação de Williansom e os conceitos da Teoria do Capital Social, relaciona ainda níveis altos e baixos de Capital Social à existencia de instituições fracas e fortes.	O capital social de uma determinada população é o conjunto de bens sociais, psicológicos, cognitivos e institucionais que possibilitam o comportamento cooperativo entre os indivíduos dessa mesma população.

Referência	Perspectiva Teórica	Conceito de Capital Social
Granovetter (1973)	Teoria das Redes Sociais – Laços fracos e laços fortes	O capital social é desenvolvido principalmente nas redes sociais que são consideradas instrumentos de análise do capital social.
Nahapiet e Ghoshal (1998)	Análise do capital social pela perspectiva de suas dimensões estrutural, relacional e cognitiva e a influência do capital intelectual para o avanço das organizações.	É soma dos recursos reais e potenciais inseridos, disponíveis e provenientes das redes de relacionamentos que uma unidade individual ou social possui. O capital social assim abrange tanto a rede quanto os ativos que podem ser mobilizados através desta.
Putnam (2000)	Debate sobre o papel do capital social na sociedade civil da Itália e dos EUA. Destaca o papel do engajamento cívico como diferenciador do desempenho das sociedades, argumenta ainda que a confiança é o componente básico do capital social, sendo que a por meio dela promove-se a cooperação.	O capital social diz respeito às características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas. O capital social pode ser considerado mais importante do que o capital físico ou humano para a estabilidade política, para a boa governança e mesmo para o desenvolvimento econômico.
Uphoff (2000)	Vincula o capital sociais às questões cognitivas e estruturais, a dimensão relacional do capital social se justapõe aos aspectos cognitivos do capital social.	O capital social se estabelece em duas formas: a estrutural e a cognitiva, sendo que a categoria cognitiva está relacionada a questões como normas, valores e crenças e a forma estrutural diz respeito à formação dos vínculos.

FONTE: Elaborado pela autora a partir de conceitos encontrados na literatura

Argumenta-se ainda que estudos como a Teoria dos custos de transação, que atribuem à existência das instituições o motivo de falha do mercado e à hierarquia uma maneira de diminuir os custos de transação (WILLIAMSOM, 1975, 1981, 1985), não aborda questões como gratidão, respeito e amizade e cultura (NAHAPIET e GHOSHAL, 1998). Por isso, a expansão dos estudos sobre capital social avança na perspectiva de que as variáveis econômicas não são suficientes para o desenvolvimento social e para a construção de um ambiente sustentável. Neste sentido, as instituições e o sistema social exercem influência sobre o desenvolvimento local (GENARI, 2010), ou seja, fatores não materiais podem influenciar diretamente o desempenho dos indivíduos e suas associações nos negócios, na comunidade e na vida coletiva (COLEMAN, 1988:1990; FUKUYAMA, 1995; PUTNAM, 2002).

Neste sentido, o capital social pode ser definido como a capacidade de uma sociedade ou comunidade de obter bens tangíveis por meio da confiança, da reciprocidade e da solidariedade (PAZE, 2010). Como processo social, o capital social proporciona benefícios e

a sensação de completude para a sociedade, além de permitir a criação de bens que sem a sua presença seriam impossíveis (COLEMAN, 1988).

Outra questão é o cenário internacional acerca da pobreza e das desigualdades sociais que representou forte influência para que o tema crescesse e tivesse expressão mundial. A propagação do tema pelo conceito proposto pelo Banco Mundial (2008) é um exemplo disso, na visão desta instituição o capital social refere-se:

“às instituições, relações e normas que moldam a qualidade e a quantidade das interações sociais de uma sociedade. Mostra que a coesão social é fundamental para que as sociedades prosperem economicamente e para que o desenvolvimento seja sustentável. O capital social não é apenas a soma das instituições que sustentam uma sociedade é a cola que os une” (Banco Mundial, 2008)

A respeito das desigualdades sociais, Bourdieu (1986) argumenta que o capital social é a soma de recursos decorrentes da existência de uma rede de relações institucionalizada em campos sociais. O campo social é caracterizado como o cenário onde as relações de poder se apresentam “o que significa dizer que os campos sociais se estruturam a partir da distribuição desigual de um *quantum* social que determina a posição que cada ator ocupa em seu interior, o autor denomina esse *quantum* de capital social”, que como as demais formas de capital encontra-se concentrado nas classes dominantes, existindo assim luta pelo poder, ou seja, um conflito do capital social (MARTELETO e SILVA, 2004, p.44). O capital social, neste caso, torna-se um recurso nas lutas sociais que são realizadas em diferentes campos (do poder e intelectual, por exemplo).

Outro aspecto importante a respeito do capital social diz respeito à análise de suas dimensões, pois como possui muitos atributos não pode ser considerado como um conceito unidimensional (PUTNAM, 2002). Os estudos de Nahapiet e Ghoshal (1998) apresentam três dimensões a partir das quais pode-se analisar o capital social.

As dimensões do capital social propostas por Nahapiet e Ghoshal (1998) são:

- a) Dimensão estrutural: refere-se à configuração da rede, ou seja, os aspectos de conexão entre os atores como densidade, centralidade, conectividade, hierarquia.
- b) Dimensão relacional: nesta dimensão estão inseridos os ativos que são gerados através da confiança, das normas, das obrigações e identificação.
- c) Dimensão cognitiva: refere-se aos códigos, linguagem e narrativas, ou seja, códigos e valores compartilhados entre os membros da rede.

Nahapiet e Ghoshal (1998) afirmam que mesmo analisando isoladamente cada uma das dimensões do capital social, elas sempre estarão altamente interligadas pelos aspectos das dimensões estrutural e relacional.

Para resumir as características inerentes às dimensões do capital social propostas por Nahapiet e Ghoshal (1998) apresenta-se o Quadro 2:

Quadro 2 - Dimensões do Capital Social

Dimensão Estrutural	Dimensão Relacional	Dimensão Cognitiva
Rede de relacionamentos	Confiança	Narrativas compartilhadas
Configuração da rede	Identificação	Códigos compartilhados
Adequação da organização	Normas e sanções	Linguagem compartilhada

Fonte: adaptado de Nahapiet, J. e Ghoshal, S. (1998). Social capital, intelectual capital and the organization advantage (p.251). *Academy of Management Review*, 23(2), 242-266.

É importante salientar que nem todas as dimensões se reforçam mutuamente, por exemplo, uma rede eficiente, em termos estruturais pode não ser a melhor maneira de desenvolver um forte capital relacional ou cognitivo, por isso, se faz necessário a utilização de instrumentos de mensuração do capital social em redes para que se possa analisar à luz do conhecimento científico as implicações e variáveis existentes nas redes.

A seguir serão apresentadas cada uma das dimensões, sua fundamentação teórica e suas características.

2.2 DIMENSÃO ESTRUTURAL DO CAPITAL SOCIAL

A dimensão estrutural do capital social se refere às propriedades do sistema social e da rede dos relacionamentos como um todo. Segundo Granovetter (1973), as pessoas e as organizações estão inseridas em ambientes de relações sociais, e este ambiente será caracterizado pelo conteúdo e pela estrutura dessas relações sociais que se baseiam na reciprocidade dos vínculos (GRANOVETTER, 1973).

Dentre os fatores de análise da dimensão estrutural estão os laços ou vínculos entre os atores, a configuração da rede ou morfologia (densidade, conectividade, hierarquia e organização adequada) – que é a existência de redes criadas para um propósito que será usado

para outro (NAHAPIET e GHOSHAL, 1998). Em outras palavras, a análise da dimensão estrutural do capital social busca entender quem se alcança e como os alcança (BURT, 1992).

De acordo com Granovetter (1973), as pessoas e as organizações estão inseridas em ambientes de relações sociais, e este ambiente será caracterizado pelo conteúdo e pela estrutura dessas relações sociais: ‘a força de um vínculo é uma combinação do tempo, da intensidade emocional, da intimidade ou confiança, dos serviços recíprocos que caracterizam o vínculo’ (Granovetter, 1973, p.1361)

A análise da dimensão estrutural constitui aspectos da estrutura social como também facilitam as ações dos indivíduos que estão inseridos nesta estrutura (COLEMAN, 1990, NAHAPIET, GHOSHAL, 1998)

A abordagem estruturalista está voltada para a premissa de que as ações econômicas são ações sociais, ou seja toda ação econômica será influenciada pela configuração das redes sociais onde está inserida, podendo elas ser provenientes das relações de mercado, das relações hierárquicas ou das redes sociais (ADLER e KOWN, 2002).

Os estudos de Granovetter (1973) estimularam o estudo das redes como mecanismo de medição entre as organizações e o mercado, pois como estão inseridas em estruturas sociais, as redes são a estruturas onde acontecem as relações sociais e interorganizacionais. Para Provan e Sydow (2007), as redes organizacionais são grupos de três ou mais organizações que estão integradas através de um processo social e este processo social gera cooperação e favorece o alcance dos objetivos.

Child e Mcgrath (2001, p.6), alegam que as redes “são sistemas criadores de valores para as organizações que buscam complementaridade de recursos, através de um relacionamento mutuamente benéfico e permeado pela confiança entre os membros do arranjo”.

Desta forma, entende-se que as redes interorganizacionais estão sempre sujeitas a um desenvolvimento dinâmico, de maneira com que as configurações, resultados e avaliações dos atores envolvidos mudem ao longo do tempo (WEGNER, 2011). As próprias transformações nos resultados obtidos com a rede geram processos dinâmicos de desenvolvimento das mesmas (EBERS e GRANDORI, 1999 apud WEGNER, 2011).

Desta forma, vê-se que o conceito de capital social não se confunde com o de redes interorganizacionais, entretanto influencia a formação das redes, no sentido de fornecer contexto social necessário para que ocorram as interações sociais (TSAI, 2000).

2.2.1 Laços da rede - Conexões

O primeiro ponto a ser analisado na dimensão estrutural do capital social diz respeito aos laços e vínculos existentes na rede. Os laços, ou conexões, contribuem para a troca de informações, e neste caso, o capital social é considerado uma fonte valiosa de informações que, fora da rede estariam inacessíveis, ou somente acessados com custo maior (COLEMAN, 1988).

Os laços dizem respeito a todo tipo de vínculo estabelecido, quer seja vínculo de relações: de normas e sanções, de autoridade, de troca de informações, ou seja, as relações em rede podem ser estabelecidas com diferentes propósitos. A troca de informações é um ativo da rede e está embebido em três condições: acesso, tempo e referências (BURT, 1992).

O termo “acesso” refere-se ao fato de receber uma parte valiosa de informações e saber quem pode usá-la, e isso ratifica o papel das redes ao fornecer os filtros eficientes de informações e processos de distribuição para os membros destas redes, desta forma, os laços da rede influenciam tanto o acesso como a troca de informação e conhecimento (NAHAPIET e GHOSHAL, 1998).

O termo “tempo” refere-se à capacidade de atores da rede de fornecerem informações tão logo elas se tornem disponíveis, em redes a informação e o tempo em que se tem acesso a ela são extremamente importantes, principalmente no contexto de mercados onde a velocidade torna-se fator decisivo na tomada de decisões e negócios (NAHAPIET e GHOSHAL, 1998).

As “referências” constituem as informações acerca das oportunidades e possibilidades que surgem no contexto da rede, como também incluem o endosso à reputação para os atores da rede, ou seja, as “referências” legitimam as ações dentro da rede, bem como proporcionam respeito aos que estão a ela vinculados (NAHAPIET e GHOSHAL, 1998).

Leva-se em conta também que a participação em redes sociais proporciona interações diretas e indiretas com distintos atores (NAHAPIET e GHOSHAL, 1998). Os denominados “laços fortes” são os vínculos estabelecidos por atores dentro de um mesmo contexto social, os *clusters* são exemplo disso, todavia existem relações nas quais ocorrem menos interações, onde os vínculos são existentes, mas pouco frequentes, esses vínculos são chamados de “laços fracos” (GRANOVETTER, 1973).

Um ponto importante em relação aos “laços fracos” é que os mesmos possibilitam o acesso a informações de diferentes grupos sociais, o que é considerado importante aspecto para formação de ambiente de inovação através da diversidade de informações, posto que as redes

que possuem poucos laços fracos encontram-se privadas de informações que circulam nos vínculos dos “laços fracos”, logo, a tendência é que atores s que mantém contato apenas com seus vínculos mais íntimos e pessoais permaneçam isolados e como consequência desta segregação étnica ou geográfica tenham dificuldades em expandir e receber novas idéias e pesquisas científicas (GHOSHAL, NAHAPIET, 1998).

2.2.2 Configuração da Rede

Por ser considerada um mecanismo operacional de medição entre as organizações e o mercado, as redes podem ser analisadas a partir da centralidade e da densidade. Ou seja, podem ser analisadas a partir dos padrões de relacionamento que estabelecem entre si, como também sob o número de vínculos presentes (GRANOVETTER, 1973, SILVA, 2009).

Neste sentido, o primeiro ponto a ser analisado na configuração de uma rede é o grau de centralidade, que refere-se à posição de um determinado ator no interior da rede. SILVA (2009) propõe que dado ator pode ser considerado central ou proeminente quando os laços se tornam relevantes para os outros atores da rede.

Assim, Wasserman e Faust (1994) propõem que a posição do ator na rede pode ser analisada sob três aspectos:

- a) grau de centralidade (*degree centrality*): refere-se ao número de laços de um ator, isto é, com quantos atores está envolvido.
- b) grau de intermediação (*betweenness*): refere-se a frequência com que um ator serve de conexão entre outros dois atores não-adjacentes da mesma rede.
- c) grau de proximidade (*closeness*): refere-se a proximidade e distância existente entre os membros de uma rede.

Outro aspecto a ser analisado na dimensão estrutural é a densidade, refere-se a medida de coesão da rede ou do seu grau de conectividade (WASSARM e FAUST, 1994).

A análise da dimensão estrutural aborda ainda os chamados “buracos” estruturais, que neste contexto, são espaços vazios na rede que indicam a inexistência de vínculos, ou relacionamento entre determinados atores da rede.

Burt (1997) propõe para estes casos a teoria dos “buracos estruturais”, para o autor a teoria dos buracos estruturais dá sentido concreto para o conceito de capital social, pois ela descreve como podem surgir oportunidades de novos vínculos e relacionamentos no lugar dos buracos estruturais. “O capital social também poderá ser formado a partir de redes, por meio das

quais os atores podem intermediar conexões entre diferentes segmentos desconetados, enfatizando os laços fracos entre eles como fonte de capital social” (BURT, 1997,p.345) .

Na visão do autor, existem redes abertas e fechadas, as redes abertas são aquelas nas quais existem os buracos estruturais, onde há possibilidade de novos relacionamentos e abertura para inovação (BURT, 1997). Neste sentido, considera-se que para que ocorra adequada transferência de informação, não é tão relevante o tamanho da rede, mas a quantidade de contatos não redundantes e eficientes, pois a rede “escassa”, a que possui poucos contatos redundantes, provê mais benefícios de informações em relação à diversificação, por outro lado, a rede densa é ineficiente no sentido que retorna menos informações diversificadas pelo mesmo custo que o da rede escassa. Os benefícios da última, assim, resultam tanto da diversidade de informações quanto dos menores custos de acessá-la (BURT, 1992, 1997).

Destarte, percebe-se que em uma rede quanto mais ocorrerem os vínculos (densidade), diminuição de distancias (centralidade) e a integração entre os membros, maior será o potencial da rede e maior o resultado de seu capital social (SILVA, 2009).

2.2.3 Organização Adequada

Os estudos sobre capital social incluem a análise de diversos contextos sociais como a família, a escola, a religião, os ambientes economico, político e organizacional (BOURDIEU, 1986, 1988, COLEMAN 1988,1990, NAHAPIET, GHOSHAL, 1998, PUTNAM, 2002).

Os estudos do Relatório Coleman (1966), por exemplo, analisaram comparativamente o desempenho escolar de alunos de escolas públicas nos Estados Unidos afim de verificar a influencia de variáveis como cor, religião, origem geográfica no desenvolvimento da educação, o estudo mostrou que as diferenças de desempenho eram explicadas em maior medida pelas variáveis socioeconomicas (BONAMINO e FRANCO, 1999). Nesta perspectiva, os estudos de Boudieu sobre a educação também ratificaram esta ideia ao constatar, em sua obra *Les héritiers*, que o ambiente escolar francês legitimavam as desigualdades sociais (NOGUEIRA e NOGUEIRA, 2002).

Neste sentido, o capital social desenvolvido em um contexto, pode muitas vezes (ou não) ser transferido de um contexto social para outro, isto é, a concentração de capital social em distintas classes sociais influencia os padrões de troca de informação e conhecimento (BOURDIEU, 1986, NAHAPIET e GHOSHAL, 1998). Os exemplos incluem a transferência de confiança da família e afiliações religiosas para situações do trabalho (FUKUYAMA,

1995), o desenvolvimento dos relacionamentos pessoais para trocas de negócios (COLEMAN, 1990) e a agregação do capital social de indivíduos para os das organizações (BUR, 1992). Isso sugere que as organizações criadas para um propósito podem prover uma fonte de recursos valiosos para outros propósitos diferentes (NAHAPIET e GHOSHAL, 1998).

Assim sendo, a “adequação” pode fornecer uma potencial rede de acesso a pessoas recursos, incluindo informações e conhecimento, todavia sua incapacidade de adequação pode também inibir os processos (NAHAPIET e GHOSHAL, 1998, p. 253).

2.4 A DIMENSÃO RELACIONAL DO CAPITAL SOCIAL

O ponto inicial para análise da dimensão relacional do capital social é a existência e continuidade das relações entre atores de uma rede através de aspectos como confiança e cooperação, normas e sanções, obrigações e expectativas e identificação social (COLEMAN, 1988,1990, NAHAPIET e GHOSHAL, 1998). Ou seja, a dimensão relacional possui enfoque em aspectos que influenciam os comportamentos como respeito e amizade, sendo que os mesmos irão determinar a sociabilidade, aceitação e prestígio dos atores dentro de um contexto social (GENARI, 2010).

A dimensão relacional constitui, portanto, um arcabouço social onde indivíduos ou grupos têm acesso a recursos presentes nas redes e onde a identidade social e reconhecimento são reforçados (BALESTRO, 2006, NAHAPIET e GHOSHAL, 1998).

Cabe ressaltar que as normas, confiança e cultura apesar de serem parte do ambiente social e institucional e que facilitam o surgimento do capital social, não podem ser confundidas com o próprio capital social. Ou seja, existe na literatura o reconhecimento de que a confiança é um elemento do capital social, todavia é necessário ressaltar que ela não é pré-existente (BALESTRO, 2006). Desta forma, o aprofundamento sobre os conceitos dos elementos que compõe a dimensão relacional do capital social torna-se relevante.

2.3.1 Confiança

A confiança é tida como elemento-chave para a existência das redes e consequentemente o resultado de suas ações. Fukuyama (2000) afirma que todas as sociedades possuem capital social e que a diferença entre elas está relacionada a questões como confiança e cooperação, “o bem estar de uma nação, bem como sua capacidade de competir, é condicionado a uma única e

abrangente característica cultural: o nível de confiança inerente à sociedade” (FUKUYAMA, 1995, p.21).

Para o autor, a confiança é considerada é uma expectativa que surge devido a existencia de um comportamento coletivo honesto e cooperativo, o qual está baseado em normas compartilhadas pelos membros de um determinado grupo (FUKUYAMA, 1996).

A confiança baseia-se na crença de que os “resultados da ação pretendida de alguém serão adequados a partir de nosso ponto de vista” (MISZTAL, 1996 apud NAHAPIET, GHOSHAL). Desta forma, a necessidade de confiar é tão importante quanto a satisfação de ser igualmente confiável, caso contrário não seria possível a cooperação entre as pessoas (FUKUYAMA,1996). Cabe ainda ressaltar que a confiança neste contexto não é o sentimento gerado pela convivência íntima entre indivíduos e sim a confiança no sentido de coletividade, “onde as regras de reciprocidade são um condicionamento social, por isso são vistas como normas a serem seguidas para o bom convívio na coletividade, gerando expectativa de continuidade de padrões comportamentais” (GENARI, 2010).

Outro ponto a ser analisado é a relação entre confiança e cooperação, a confiança induz à cooperação, e a cooperação gera confiança. Isto leva ao desenvolvimento, ao longo do tempo, das normas generalizadas de cooperação o que aumenta ainda mais a vontade de se comprometer na troca social (NAHAPIET, GHOSHAL, 1998, PUTNAM, 1993). E sendo o capital social caracterizado pelas atribuições de um grupo baseado na existencia de confiança, normas e redes, as comunidades cooperativas permitem que os indivíduos racionais possam assim superar o dilema da ação coletiva.

A confiança também é apontada como um mecanismo de redução dos custos de transação, no sentido de melhorar o processo de comunicação, como também é capaz de inibir os comportamentos oportunistas. Ela pode ser considerada um produto da interação entre agentes que calculam e avaliam permanentemente os custos, os benefícios e os riscos relativos ao ato de confiar ou não em outro agente (SILVA,2009).

O conceito de confiança tem contribuído para o desenvolvimento de conceitos transversais à ciência administrativa que podem explicar, em parte, a complexidade da interação entre as organizações e forma pela qual o capital social dela derivado encontra-se ancorado nas estruturas sociais (SILVA,2009, p.27)

O capital social em seu nível mais elevado de confiança pode diminuir a possibilidade de oportunismos e reduz a necessidade de monitoramento e, conseqüentemente reduz os custos de transação (NAHAPIET e GHOSHAL, 1998).

Outra questão a respeito da confiança na formação do capital social diz respeito a correlação entre confiança e capital intelectual através da troca de informações e conhecimento. Misztal (1996) observa que a “confiança, por manter nossa mente aberta para toda evidência, assegura comunicação e diálogo” (MISZTAL, 1996, p. 343), assim sendo, a confiança pode, tanto abrir acesso para as pessoas quanto para troca de capital intelectual, pois onde há níveis elevados de confiança, as pessoas estão mais desejosas de se arriscar nessas trocas (NAHAPIET e GHOSHAL, 1998). Ou seja, a confiança é capaz de elevar a capacidade de uma comunidade ou sociedade em lidar com a complexidade e a diversidade (NAHAPIET e GHOSHAL, 1998).

Assim sendo, a relação existente entre confiança e capital social está fundamentada no pressuposto de que onde a confiança é maior, maior é o seu nível de capital social, como também as normas e sanções só podem ser consideradas uma forma de capital social quando influenciam os indivíduos a trabalharem pelo bem comum (COLEMAN, 1988).

2.3.2 Normas

As normas presentes em uma sociedade ou comunidade são as regras explícitas e implícitas do comportamento esperado dos indivíduos e incorporam os interesses de um determinado grupo (BALESTRO, 2006). As normas têm o papel próprio de inibir os comportamentos negativos que debilitam o capital social (SILVA, 2010).

De acordo com Coleman (1988), uma norma existe quando o direito socialmente definido de controlar uma ação é mantido não pelo participante, mas pelos outros. Assim, representa um grau de consenso no sistema social. Coleman argumenta que “onde uma norma existente e é eficaz, constitui uma poderosa, porém, às vezes, uma forma frágil do capital social” (1988; S104).

A existência de normas contribui para a formação de um ambiente de confiança e de segurança, normas que inibem o crime, por exemplo, permitem que as pessoas andem livremente durante a noite, como também possibilitam que pessoas de idade possam sair de suas casas em segurança (COLEMAN, 1988, S104), ou seja, as normas são uma forma de capital social dentro de uma coletividade no sentido de promover comportamentos de renúncia do auto interesse em prol da coletividade (COLEMAN, 1988, S104).

As normas também podem ser acompanhadas de recompensas como honra, status e prestígio aos que agem de maneira desinteressada e que buscam os interesses coletivos. Coleman (1988, 1990) argumenta que normas deste tipo facilitam o desenvolvimento dos

movimentos sociais em comunidades e incentivam as pessoas a trabalharem pelo bem público. Este tipo de normas que concedem algum tipo de recompensa podem muitas vezes solucionar o problema da ação social (COLEMAN, 1988).

Existem ainda as normas baseadas na reciprocidade, que podem manifestar-se de duas formas (PUTNAM, 1993, SILVA, 2010):

- a) Reciprocidade equilibrada: ocorre quando as relações de troca são recíprocas e equivalentes, ou seja, nestes casos há delimitação de situação e tempo.
- b) Reciprocidade generalizada: ocorre quando as relações de troca são contínuas e permanentes e que promovem benefícios mútuos entre as partes. A reciprocidade generalizada é considerada um componente altamente produtivo do capital social, pois em comunidades onde esta regra é obedecida existem melhores condições de coibir comportamentos oportunistas bem como solucionar os problemas da ação coletiva.

Outra questão a ser levantada é a influencia que as normas podem exercer para a troca de conhecimento e o desenvolvimento cognitivo de uma sociedade, pois há situações em que as normas vigentes podem inibir a inovação e não promover a diversidade (COLEMAN, 1988,1990, NAHAPIET e GHOSHAL, 1998).

Em situações onde não existe tolerância com o que é considerado “diferente”, onde ideias de grupos menores (que estão inseridos no grupo grande) são inibidas, há pouco reforço do capital intelectual. Nestes casos, o elevado nível de capital social é considerado um inibidor do capital intelectual, podendo inverter seu papel benéfico para uma rigidez patológica (BARTON, 1995, JANIS, 1982 apud NAHAPIET e GHOSHAL, 1998).

2.3.3 Obrigações e Expectativas

As obrigações implicam em diferentes graus de reciprocidade que incorporam lealdade do entorno social (garantia de retorno de compromissos acordados) e a natureza e a vigência das referidas obrigações (COLEMAN, 1988, 1990).

As obrigações e expectativas representam um comprometimento de empreender alguma atividade no futuro. Elas não estão no plano de uma transação, mas sim no plano de um comprometimento semelhante ao da dádiva de Bourdieu ou da reciprocidade generalizada de Putnam (BALESTRO,2006).

As obrigações representam um compromisso ou dever de cumprir algo futuro. Coleman (1990), diferencia as obrigações a partir das normas generalizadas, vendo as primeiras como expectativas desenvolvidas nos relacionamentos pessoais particulares. Argumenta-se que as obrigações operam como um “deslize de crédito” mantido por “A”, a ser redimida em algum momento por “B” (COLEMAN, 1988).

No contexto da criação do capital intelectual, as obrigações e expectativas influenciarão o acesso às partes para troca e combinação de conhecimento bem como a motivação para combinar e trocar tal conhecimento (NAHAPIET, GHOSHAL, 1998, p.255).

2.3.4 Identificação Social

A distinção entre capital social e outras formas de capital, é o fato de o capital social ser formado a partir das inter-relações construídas pelos diferentes atores sociais. Trata-se de um produto construído em coletividades institucionalizadas, como associações e redes de empresas, portanto, os benefícios do investimento que se faz no capital social não apropriados individualmente, pelo contrário, pertencem a uma coletividade responsável por sua formação (SILVA, 2009).

Neste sentido, a identificação social apresenta-se como um processo em que os indivíduos vêem-se como um grupo. Esse sentimento pode ser resultado do pertencimento a um grupo ou pode surgir de um grupo de referência, do qual as pessoas adotam valores ou padrões de comportamento (NAHAPIET e GHOSHAL, 1998).

Assim sendo, a identificação social é o processo em que os indivíduos se vêem como alguém ou como um grupo de referência (NAHAPIET e GHOSHAL, 1998). Do contrário, onde os grupos têm identidades distintas e contraditórias, estas podem constituir barreiras significantes para o compartilhamento de informações, aprendizagem e criação de conhecimento.

2. 4 A DIMENSÃO COGNITVA DO CAPITAL SOCIAL

A dimensão cognitiva do capital social diz respeito a códigos, linguagem e narrativas compartilhadas entre os membros de uma rede. Se por um lado a dimensão estrutural tem impacto sob as condições estruturais e de acessibilidade dos atores na rede, por outro as dimensões relacional e cognitiva influenciam na maneira pela qual os indivíduos se

relacionam como também interfere na maneira como o conhecimento é compartilhado e transmitido em uma sociedade (NAHAPIET e GHOSHAL, 1998).

Enquanto a análise estrutural está relacionada com as diversas formas de organização social (redes), a dimensão cognitiva propõe que as diversas formas de conhecimento atuam diretamente na criação das redes, no sentido de influenciar os padrões de relacionamento, bem como caracterizam o discurso em comum desta rede (UPHOFF, 2000, NAHAPIET, GHOSHAL, 1998)

Como o conhecimento avança por meio de conceitos linguisticamente formulados, vocabulários e códigos de comunicação partilhados contribuem com a formulação de novos conceitos (BALESTRO, 2006). Ainda sob este aspecto as narrativas partilhadas através de mitos, histórias e metáforas são instrumentos de socialização de significados e visões de uma comunidade.

Coleman (1988) analisou a importância cognitiva do capital social não apenas para os resultados de um determinado grupo, ele enfatizou que por meio dele acontece o crescimento individual do ser humano, que conseqüentemente, será um membro de uma comunidade e trará para ela benefícios mútuos.

Destarte, a dimensão cognitiva do capital social atua na formação dos valores e crenças de uma sociedade, o que significa dizer que o seu desenvolvimento está relacionado também ao desenvolvimento do capital humano e intelectual (COLEMAM, 1988, NAHAPIET e GHOSHAL, 1998).

Destaca-se ainda que teorias sobre o inovação propõem que o ambiente de diversidade, onde as diferentes combinações de experiências e conhecimento são trocadas, é propício para o desenvolvimento do capital intelectual e para inovação, todavia, mesmo havendo diversidade na rede, ou redes abertas, é necessário haver algum tipo de partilha entre as partes (BOISOT, 2003, NAHAPIET, GHOSHAL, 1998).

Desta forma, esta “partilha” pode acontecer de duas maneiras (BOISOT, 2003):

- a) Códigos e linguagem
- b) Narrativas partilhadas

A seguir serão apresentados os conceitos de códigos, linguagens e narrativas partilhadas no contexto da Teoria do Capital Social, que é a delimitação deste trabalho.

2.4.2 Códigos e Linguagem Partilhados

O capital social de uma determinada população pode ser o conjunto de bens sociais, psicológicos, cognitivos e institucionais que possibilitam o comportamento cooperativo entre os indivíduos de uma mesma população (FURLANETTO, 2008).

Neste sentido, os códigos e a linguagem partilhados de uma sociedade exercem grande influência nas relações sociais, pois são os meios pelos quais as pessoas trocam informações, perguntam e conduzem os negócios na sociedade, do mesmo modo que também é capaz de influenciar a percepção e é por meio destes que o conhecimento e novas idéias são transmitidos (NAHAPIET e GHOSHAL 1998).

Os códigos proporcionam um quadro de referência para percepção que o indivíduo tem da realidade, no sentido de permitir a observação de seu ambiente e ordenar seus dados sensoriais. Durkheim propõe que as formas de percepção de classificação deixam de ser formas universais para se tornarem em formas sociais, ou seja, formas arbitrárias (relativas a um grupo particular) e socialmente determinado sendo, portanto, uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências (BOURDIEU, 1986, p.12).

Assim, a linguagem retira da consciência aqueles eventos cujos termos não existem na linguagem e filtra naquelas atividades em que os termos existem, ou seja, linguagem partilhada, portanto, pode proporcionar um aparato conceitual comum de um grupo. Isso proporciona um contexto onde pode-se avaliar e fazer escolhas, interações, relacionamentos, conexões, troca de favores e negócios.

Como a linguagem é parte da interação social e os efeitos de suas restrições são subservivos ao desenvolvimento humano, a sua influência como elemento do capital social está no fato de a linguagem ser um instrumento de articulação nos relacionamentos e nas interações individuais e coletivas. Na medida em que linguagem e códigos são diferentes, isso mantém as pessoas desassociadas e restritas a seus acessos, logo o produto social será restrito (NAHAPIET e GHOSHAL, 1998).

2.4.3 Narrativas Partilhadas

Um sistema de crenças comuns permite uma melhor comunicação das idéias e a construção de sentido de experiências em comum de um grupo. A comunicação permite que

visões de mundos comuns, pressupostos e expectativas emergentes entre as pessoas facilitem sua ação conjunta (NAHAPIET e GHOSHAL, 1998).

Além da existência da linguagem e dos códigos compartilhados, os mitos, as histórias e as metáforas também proporcionam meios poderosos nas comunidades para criar, trocar e preservar o conteúdo da cultura de uma comunidade (CLARK 1972; NISBERT, 1969, apud NAHAPIET, GHOSHAL, 1998).

Os modos de cognição podem ser divididos em dois modos Bruner (1990):

- a) o modo da informação ou paradigmático
- b) o modo da narrativa

A primeira sugere um processo da criação de conhecimento arraigado na análise racional e nos bons argumentos, e o segundo é representado na forma de narrativas como os contos de fadas, mitos e lendas, histórias e metáforas.

Assim sendo, as metáforas são capazes de abranger um contexto real ou não e percorrem diferentes contextos, deste modo permitem a combinação das observações e cognições imaginativas e literais (BATESON, 1972 apud NAHAPIET e GHOSHAL, 1998)

Igualmente, o papel das narrativas partilhadas como elementos da dimensão cognitiva do capital social promovem a disseminação do pensamento do grupo, que pode estar atrelado às suas normas, obrigações e expectativas e na identidade do grupo como um todo.

3. RESERVAS EXTRATIVISTAS

3.1 Contextualização

Durante os anos em que aconteceu a II Guerra Mundial o Brasil, através dos Acordos de Washington, passou a ser o principal fornecedor de matéria prima *hevea brasiliensis*, a borracha, para a crescente indústria que se estabelecia na chama Segunda Revolução Industrial (GOMES, 2012).

Neste período surgem novas formas de combustíveis, os quais substituíram o uso do carvão. Convergindo com esses acontecimentos surgem o motor a combustão, o telefone, a lâmpada elétrica e a Amazônia torna-se importante neste cenário devido a sua riqueza em vastos seringais e também pelo fato de seu concorrente, a Malásia, ter seus seringais tomados pelos japoneses durante a II Grande Guerra.

Os Acordos de Washington definiam que o Brasil forneceria o suprimento de borracha necessário aos Aliados e permitiria a instalação de bases militares no Nordeste brasileiro, que serviriam de apoio para as suas forças militares. Em contrapartida, o Brasil receberia investimentos financeiros para o estabelecimento de infra-estrutura industrial que deram origem a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, a Companhia Vale do Rio Doce e seriam garantidos o preço e o mercado para a borracha (ALEGRETTI, 2008; GOMES, 2012).

O desenvolvimento industrial do sul e do sudeste do país contou com a participação da borracha da Amazônia e com trabalho realizado pelos seringueiros. Destaca-se que a participação da borracha do norte do Brasil no cenário nacional e internacional prosperou durante este período e impulsionou movimentos migratórios do Nordeste para o Norte.

O movimento de migração de trabalhadores do nordeste para o norte do Brasil foi incentivado na era Vargas devido a dois fatores, a carência de mão de obra nos seringais e a necessidade de emprego e renda destes trabalhadores que, em sua terra natal, enfrentavam seca devastadora e como consequência estavam sujeitos à fome e à miséria.

Estes trabalhadores foram também, senão os mais relevantes atores, os que mais contribuíram diretamente para o início da industrialização do país e também os que com arma, não de fogo, atuaram como soldados da borracha na selva Amazônia. (GOMES, 2012). É lastimável a falta de reconhecimento da bravura e heroísmo destes homens e a sua contribuição para o desenvolvimento do país, restando a eles o esquecimento e até mesmo estigma.

Após o fim da guerra, as atividades nos seringais da Amazônia arrefeceram e os seringalistas entraram em crise, somam-se a esta situação as crises financeiras dos seringueiros junto aos seus patrões e conseqüente conflito de classes.

Todavia, a postura do Governo em relação a estes conflitos era tímida e o que outrora fora uma missão cheia de patriotismo torna-se um antagonismo entre o combate às desigualdades sociais e o interesse capitalista.

Neste cenário, surgem os primeiros movimentos sociais no Brasil intermediados pela ação das Organizações não Governamentais (ONGs) junto ao Governo, o que de certa forma muda a relação do Estado com a sociedade civil no sentido de consolidar iniciativas de associações e entidades “sem voz” junto às autoridades e oportunizar acesso aos seus direitos (CUNHA; LOUREIRO, 2009).

No fim da década de 1970, já existe um número significativo de organizações e manifestações no campo com uma ampla diversidade de interesses sociais: pela autonomia dos sindicatos, pela reforma agrária, contra a política agrícola, pelos direitos dos atingidos por barragens, entre outros (ALEGRETTI, 2008, p.41).

Cabe destacar que na Amazônia, no mesmo período, surgiram os conflitos sociais sob o impasse entre a intensificação do Estado no processo de ocupação de terras e em consequência dos elevados índices de concentração fundiária que resultaram da aplicação de um modelo de desenvolvimento formulado pelo governo militar (ALEGRETTI, 2008, p.43).

O conflito gerado entre os modelos de desenvolvimento de apropriação da terra levou as comunidades tradicionais a emergirem em disputa contra o próprio Estado que propunha mudanças na ocupação de territórios, ou seja, as políticas governamentais vinham de encontro aos interesses dos pequenos agricultores, extrativistas, camponeses, pescadores, ribeirinhos e índios e favoreciam os “proprietários” de terras no intuito de transformar áreas da floresta em áreas de uso agropecuário (ALEGRETTI, 2008; CUNHA; LOUREIRO, 2009).

Estes conflitos foram marcados pela imposição a um modelo de desenvolvimento marcado pelo interesse em um crescimento capitalista desenfreado e que provou sua soberania quando:

[...] ao enviar tropas policiais para os locais de conflitos, o Estado revela com nitidez que está do lado dos fazendeiros, contribuindo dessa maneira para que os seringueiros reconheçam o seu lugar na sociedade, os seus aliados e seus inimigos contribuindo decisivamente na formação de uma identidade política [...] a identidade de seringueiro deixa, assim de indicar um significado político, indicando oposição ao fazendeiro, ou seja, no confronto entre dois segmentos de classes opostas, revela-se com maior nitidez o antagonismo dos interesses em disputa e os diferentes lugares ocupados pelos indivíduos em uma sociedade dividida em classes. Os “seringueiros”,

despossuídos da propriedade legal da terra, lutam para manter suas condições de reprodução social, o que implica fundamentalmente, na preservação da floresta e na sua permanência nela. Os “fazendeiros”, possuidores da propriedade legal da terra, têm interesse em substituir a floresta pela pecuária extensiva de corte, o que implica na expulsão dos seringueiros.(PAULA, 1998 p. 13-14 apud CUNHA; LOUREIRO, 2009)

É neste contexto de conflito pela posse da terra, pelo direito à proteção da floresta como recurso de uso sustentável que o movimento social dos seringueiros se constituiu e recebeu reconhecimento a nível internacional (ALEGRETTI, 2008; CUNHA; LOUREIRO, 2009).

O movimento dos seringueiros também recebe destaque concernente à luta dos seringueiros e populações tradicionais contra os desmatamentos, posto que os desmatamentos representavam a destruição de sua fonte econômica de sobrevivência e também de sua identidade cultural (ALEGRETTI, 2008; CUNHA; LOUREIRO, 2009).

Estes conflitos em torno da reforma agrária com a floresta em pé (MARTINEZ; ALIER, 2007) caracterizam o movimento social dos seringueiros e dos chamados “povos da floresta”, aqueles que conheciam a floresta e sabiam nela trabalhar. Os povos da floresta simbolizavam a união dos seringueiros aos índios, antes inimigos, mas neste momento, representavam um interesse em comum, a floresta e o direito ao uso da mesma (ALEGRETTI, 2008).

Assim, o movimento se intensificou e recebeu notoriedade política. Na década de 1980 o movimento dos seringueiros criou o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e a partir de então chamou atenção de representatividade internacional acerca da necessidade de se fazer justiça social com os povos da floresta e de reconhecer a legitimidade de sua resistência (COSTA, 2012). Ressalta-se ainda que o CNS atuava independente de partido político e órgãos de classes como os sindicatos e isso desencadeava a independência destes povos que isolados por questões territoriais e geográficas buscavam resolver seus dilemas pela ação coletiva.

O movimento dos seringueiros teve destaque especial no Estado do Acre por intermédio de líderes como Chico Mendes, que era contra a forma de pagamento da exploração da borracha, pois o modelo praticado, o sistema de aviamento, muito se assemelha ao da escravidão, onde o seringueiro continuamente rolava sua dívida e não podia vender de forma autônoma o que extraía (ALEGRETTI, 2008; SBPC, 2007).

Considera-se também que a forte identificação dos povos da floresta com seu território e como “defensores da floresta” foi relevante na luta dos povos da floresta no sentido de

garantir que seus saberes e experiências fossem levados em consideração, não permitindo que isso fosse sinônimo de pobreza e marginalidade e sim cultura e tradição de seus costumes (CNS, 2005 apud ALEGRETTI, 2008).

3.2 Unidades de Conservação

De acordo com Moreira (2010), as unidades de conservação são áreas protegidas que surgiram como resultado das políticas ambientais e que inicialmente foram constituídas como áreas de preservação e conservação da biodiversidade.

O movimento ambientalista mundial nos anos 1990 e o movimento dos seringueiros são o contexto em que são criadas as unidades de conservação no Brasil (MACIEL, 2003).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) estabelece dois grupos de unidades de conservação: as unidades de conservação de uso sustentável (uso direto) e as unidades de proteção integral (uso indireto).

Desta forma, de acordo com o grau de proteção dos recursos naturais, define-se a categoria da UC. O Quadro 3 apresenta as categorias de unidades de conservação existentes:

Quadro 3 - Classificação das Unidades de Conservação

Grau de Proteção	Unidades de Conservação	Propriedade
Uso Sustentável (proteção parcial dos recursos naturais)	Área de Proteção Ambiental (APA)	Publica/privada: federal, estatal ou municipal.
	Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)	Publica/privada: federal, estatal ou municipal.
	Floresta Nacional (FLONA)	Publica: federal, estatal ou municipal.
	Reserva Extrativista (RESEX)	Publica: federal, estatal ou municipal.
	Reserva de Fauna	Publica: federal, estatal ou municipal.
	Reserva de Desenvolvimento	Publica: federal,

	Sustentável	estatal ou municipal.
	Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)	Proprietários individuais ou incorporados.
Proteção Integral dos recursos naturais	Estação Ecológica (EE)	Publica: federal, estatal ou municipal.
	Reserva Biológica (REBIO)	Publica: federal, estatal ou municipal.
	Parque Nacional (PARNA)	Publica: federal, estatal ou municipal.
	Monumento Natural	Publica/privada: federal, estatal ou municipal.
	Refugio de Vida Silvestre	Publica/privada: federal, estatal ou municipal.

Fonte: Adaptado de Lima (2010).

As UC são importantes recursos na política de preservação ambiental, no entanto, muito há que se questione quanto ao papel das unidades de uso sustentável no sentido de que as atividades realizadas nestas podem estar condenadas ao arrefecimento pelo avanço da tecnologia existente em sistemas como a pecuária, por exemplo, (MOREIRA, 2010).

As unidades de conservação de uso sustentável da categoria reservas extrativistas surgiram no contexto de conflitos entre o conservacionismo e as populações tradicionais (MOREIRA, 2010).

Por meio do Decreto nº 98.879 de 30 de janeiro de 1990 foram criadas as Reservas Extrativistas, que de acordo com o Decreto são definidas como “espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais renováveis por população extrativista” (BRASIL, 1990).

Após a criação do SNUC que estabelece critérios e normas para a criação de unidades de conservação, o controle destas passa a ser gerenciado por este sistema.

3.3 A RESEX Lago do Cuniã

A RESEX Lago do Cuniã, criada pelo Decreto 3.238 de 10 de novembro de 1999 está localizada na área rural do município de Porto Velho há aproximadamente 13km a oeste de São Carlos (baixo madeira), possui uma área de aproximadamente 50603 hectares (ICMBIO,2014). A RESEX é formada por mais de sessenta lagos, ligados por um igarapé de nome Cuniã que deságua no rio Madeira a jusante da cidade de Porto Velho a uma distancia de 130km, apresentando duas áreas distintas, terra firme e várzea (TEIXEIRA; ANDRÉ; SIENA,2011).

O acesso à RESEX pode ser realizado via fluvial e terrestre. O acesso terrestre se dá percorrendo cerca de 200 quilômetros até São Carlos em estrada sem pavimentação e depois pode-se percorrer 12km de trilha na mata. O acesso fluvial pode ser realizado por barco “de linha” por cerca de cinco horas pelo rio Madeira e durante o período de cheia do rio o percurso pode ser realizado por uma hora e meia de barco tipo “rabeta” (NAPRA, 2014).

A ocupação da reserva foi influenciada pelo seringal Cuniãzinho e da comunidade indígena da etnia Murá. Os moradores da comunidade são de forma geral descendentes da miscigenação de seringueiros amazonenses, nordestinos e indígenas Murá (NAPRA, 2014).

A comunidade é dividida em quatro núcleos de famílias tradicionais: Silva Lopes (Alto e Baixo), Neves, Araçá e Pupunhas, totalizando cerca de 84 famílias e possui aproximadamente 400 habitantes.

No início da década de 1980 o Governo do Estado por meio da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) decidiu transformar a área em uma reserva ecológica, o que gerou inúmeros conflitos entre a população tradicional e o Governo com as constantes ameaças de expulsão daqueles que não aceitaram a desocupação e nem tão pouco indenização por desapropriação.

Outro dilema enfrentado pelos moradores do Cuniã deu-se devido a área da reserva ter sido posteriormente inserida no projeto governamental (PIC) de desenvolvimento através do INCRA para a criação de uma bacia leiteira na região. A intenção do projeto era incluir a região em uma área que seria loteada para fins pecuários (SILVA, 1994 apud NAPRA, 2014).

É neste cenário de conflitos pela posse da terra que os comunitários decidem criar uma associação de representação de cunho político que levasse os interesses da comunidade às autoridades no intuito de ainda de lutar pelo direito de ocupação e uso da terra como fonte de recursos. A ASMOCUN foi fundada em julho de 1986 e proporcionou à comunidade o

sentimento de unidade necessário para que o interesse coletivo fosse atingido (ASMOCUN, 1986).

Destaca-se ainda que muitos moradores cederam às pressões do Governo e deixaram a comunidade e foram indenizados pela desocupação da terra, todavia o movimento de resistência permanecia apoiado pelos tradicionais e após anos de conflitos e o abandono dos projetos do Governo ex-moradores tentaram negociar o retorno para o Cuniã, gerando ressentimento nos moradores remanescentes (SILVA, 1994 apud NAPRA, 2014).

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 Etapas da Pesquisa

A realização deste estudo ocorreu em três etapas: a fase exploratória, a revisão de literatura e a pesquisa de campo.

Durante a fase exploratória da pesquisa foram identificados os primeiros atores sociais relacionados ao projeto na RESEX, estes são o ICMBio e a COOPCUNIÃ. Após identificação dos primeiros atores sociais foi necessária a realização de duas entrevistas pré teste para devida adequação do instrumento de pesquisa.

A revisão de literatura foi realizada com a intenção de levantar o estado da arte sobre a Teoria do Capital Social e suas vertentes social, econômica e política, sendo identificados nesta fase como principais expoentes da teoria os autores Pierre Bourdieu (1986), James Coleman (1988,1990) e Robert Putnam (2000) e como proposta central o estudo do Capital Social sob o enfoque de suas dimensões baseado nos estudos de Nahapiet e Ghoshal (1998).

No decurso da pesquisa de campo, o estudo foi submetido ao SISBIO, sistema que regulamenta a realização de pesquisas em reservas extrativistas, conforme recomenda a Instrução Normativa ICMBIO 03/2014. Nesta etapa o trabalho foi apresentado ao Conselho de Gestão Integrada Cuniã-Jacundá no intuito de tornar público aos membros do Conselho e aos comunitários o teor e a intenção da pesquisa.

4.2 Tipologia da Pesquisa

O objetivo deste estudo é analisar como os elementos das dimensões do Capital Social se manifestam nos atores envolvidos no Projeto Jacaré e de que maneira contribuem para efetivação do empreendimento coletivo de comercialização da carne e pele de jacaré na RESEX Lago do Cuniã. Portanto, trata-se de um estudo qualitativo no sentido de analisar os fenômenos sociais que explicam os inter-relacionamentos existentes na RESEX Lago do Cuniã.

O estudo caracteriza-se como descritivo-analítico pela intenção em descrever as características de um fenômeno no sentido de descrever e analisar os constructos identificados na pesquisa de campo (GIL, 2010), “o estudo de natureza descritiva propõe investigar o que é,

ou seja, descobrir as características de um fenômeno como tal” (RICHARDSON, 2007, p.171).

Quanto ao método, caracteriza-se como estudo de caso, por se tratar de uma investigação única e por permitir flexibilidade quanto à construção de hipóteses e reformulação do problema de pesquisa (YIN, 2001).

4.3 Amostra e População

A população deste estudo é representada pelos os atores sociais que possuem participação direta e indireta no Projeto Jacaré na RESEX Lago do Cuniã. Desta forma, a amostra caracteriza-se como intencional, composta por indivíduos da população selecionados intencionalmente por considerar que estes atores possuem aspectos representativos suficientes o atingimento dos objetivos do estudo (MATTA, 1996).

Assim sendo, a escolha dos atores sociais foi realizada com base nas entrevistas pré-teste onde foi possível identificar os atores e os inter-relacionamentos mais relevantes no Projeto de Manejo de Jacaré e seu envolvimento na realização do empreendimento coletivo. Para tanto, buscou-se estabelecer os seguintes grupos de representação:

- a) Representação comunitária;
- b) Instituições de regulamentação e normatização;
- a) Representação Comercial

A Figura 1 mostra a população de atores selecionados para a formação da amostra intencional:

Figura 1 - População da pesquisa

Instituições	Comunidade	Representação Comercial
<ul style="list-style-type: none">• ICMBio• SEMAGRIC• EMATER• SEMMA• RAN• SAE	<ul style="list-style-type: none">• COOPCUNIÃ• ASMOCUN• Extrativistas	<ul style="list-style-type: none">• COOPCUNIÃ• Supermercado Araújo• REGON

Fonte: Elaboração da Pesquisa

A partir da identificação da população foi possível selecionar a amostra necessária conforme mostra o Quadro 4:

Quadro 4 - População e Amostra Selecionada

Grupo de Representação	População	Amostra
Instituições	EMATER	Coordenação de Assistência Técnica
Instituições	EMATER	Assessoria Executiva
Instituições	EMATER	Extensionista responsável pela capacitação dos extrativistas em gestão comunitária.
Instituições	ICMBio	Gestor da RESEX Lago do Cuniã
Instituições	SEMAGRIC	Secretário
Instituições	SEMMA	Secretário
Instituições	RAN	Biólogo responsável pela elaboração do Plano de Manejo e responsável pela capacitação dos extrativistas em conhecimentos ecológicos.
Comunidade	ASMOCUN Extrativista 1	Presidente recém eleito.
Comunidade	COOPCUNIÃ Extrativista 2	Presidente da cooperativa
Comunidade	Extrativista 3	Membro da comunidade e membro gestor da COOPCUNIÃ.
Comunidade	Extrativista 4	Membro da comunidade há 22 anos, trabalha no Projeto Jacaré com o desossamento e separação dos filés de carne.
Comunidade	Extrativista 5	Membro da comunidade, servidor público, membro da COOPCUNIÃ
Comunidade	Extrativista 6	Membro da comunidade, conselheiro da comunidade e membro gestor da COOPCUNIÃ
Comercial	Supermercado Araújo	Gerente Comercial
Comercial	REGON	Empresário

Fonte: Elaboração da Pesquisa

Ressalta-se ainda que a amostra de atores sociais do grupo representação comunitária “extrativistas” contou com a participação de 6 extrativistas, todavia, os discursos dos

representantes das entidades COOPCUNIÃ e ASMOCUN são analisados como entidade e como extrativistas.

4.4 Coleta de dados e definição constitutiva e operacional dos constructos

A entrevista semiestruturada passou a ser amplamente utilizada no campo da pesquisa das ciências sociais devido à interação e espontaneidade geradas nas enunciações dos respondentes e maior aproveitamento do contexto de suas respostas (FLICK, 2009).

O roteiro da entrevista semiestruturada tem a intenção de tornar mais explícito o conhecimento implícito do entrevistado. “As suposições nestas questões são planejadas como algo oferecido ao entrevistado, podendo este adotar ou recusar, conforme elas corresponderem ou não a suas teorias subjetivas” (FLICK, 2009.p.149).

Com base nisso e de acordo com a revisão de literatura foi proposto o Quadro 5 que norteou a formulação do roteiro de entrevista de acordo com os objetivos geral e específicos do trabalho.

Quadro 5 - Dimensões do capital social no contexto teórico-empírico

Dimensões	Constructos	Definição Constitutiva	Definição operacional
Estrutural	Rede de relacionamentos – conexões e vínculos	Rede de relacionamentos diz respeito a participação de atores sociais em redes sociais, em interações diretas e indiretas com outros atores da rede, e a relacionam aos recursos e benefícios potenciais que um ator detém, por possuir ou participar de uma rede sólida e durável de relações. (COLEMAN, 1988, FURLANETTO, 2008)	Rede de relacionamentos estabelecidas entre os atores, considerando a proximidade declarada pelos mesmos.
	Configuração da rede	Trata-se da justaposição das redes de relacionamento, e pode demonstrar a relevância que cada relação possui dentro da rede social.	Soma e superposições das relações estabelecidas dentro da rede de relacionamento.
	Organização Adequada	A busca pela possibilidade de o capital social ser desenvolvido em determinado cenário, ou a possibilidade de o mesmo ser transferido para outro contexto social mostra que os benefícios adquiridos pelos participantes de determinada rede só poderão ser usufruídos dentro deste contexto (BOURDIEU, 1986).	Em um determinado contexto social as relações podem ser adaptadas, de forma que um relacionamento de amizade pode ser também um relacionamento de negócios.
Relacional	Confiança	Dentro do contexto do Capital Social, a confiança representa respeito ao produto construído historicamente em coletividades institucionalizadas. Sendo o capital social caracterizado pelas atribuições de um grupo baseado na existência de confiança, normas e redes, as comunidades cooperativas permitem que os indivíduos racionais possam	Relações continuadas por meio de relações considerando comportamentos que mostrem

		superar o dilema da ação coletiva (COLEMAN, 1990).	confiabilidade.
	Normas	As normas são obrigações e reciprocidade a serem respeitadas. Representam os comportamentos aceitáveis ou não, bem como sanções formais e informais que caracterizam o ambiente social (FUKUYAMA,2000,p.28).	As regras formais e informais construídas por meio das interações dentro da rede.
	Obrigações e Expectativas	As obrigações implicam em diferentes graus de reciprocidade que incorpora lealdade do entorno social (garantia de retorno de compromissos acordados) e a natureza e a vigência das referidas obrigações (COLEMAN, 1990).	Atitudes esperadas de um ator pelos membros da rede, levando-se em consideração o interesse coletivo.
	Identificação Social	No contexto da Teoria do Capital Social, a identificação social apresenta-se como um processo em que os indivíduos vêm-se como um grupo. Esse sentimento pode ser resultado do pertencimento a um grupo ou pode surgir de um grupo de referência, do qual as pessoas adotam valores ou padrões de comportamento (NAHAPIET e GOSHAL, 1998).	Os aspectos inerentes à comunidade com a qual os indivíduos de identificam.
Cognitiva	Códigos e Linguagem Partilhados	A linguagem exerce função ativa nas relações sociais, pois ela é o meio pelo qual as pessoas trocam informações, perguntam e conduzem os negócios na sociedade como também é capaz de influenciar a percepção e é por meio dela que o conhecimento e novas idéias podem ser transmitidos (Berger e Luckman,1996, Nahapiet e Ghosal,1998). Os códigos, por sua vez, ordenam os dados sensoriais em categorias de percepção e fornecem uma ferramenta de referência na observação e interpretação do ambiente (GENARI,2010).	O discurso proferido por cada ator social da Rede e suas formas de linguagem, tentando compreender quais são os códigos e linguagens compartilhados considerando a importância destes no aspecto cognitivo.
	Narrativas Partilhadas	Os mitos, a língua, arte, ciência, são instrumentos de conhecimento e de construção do mundo como formas simbólicas, neste sentido, as formas de classificação deixam de ser formas universais para se tornarem em formas sociais, ou seja, arbitrárias (relativas a um grupo particular) e socialmente determinado (NAHAPIET e GHOSHAL,1998).	O discurso proferido por cada ator social da Rede e como este se configura em mitos, histórias e metáforas, proporcionando meios na comunidade para criação, troca e preservação de significados e valores.

Fonte: Elaboração da pesquisa.

A realização das entrevistas obedeceu ao roteiro baseado nos constructos apontados no Quadro 5. Após a transcrição do áudio das entrevistas iniciou-se o trabalho de análise e tratamento dos dados coletados por meio da técnica de análise de conteúdo.

4.5 Análise e Tratamento dos Dados

Para organização, tratamento dos dados e identificação dos eixos temáticos utilizou-se a técnica de análise de conteúdo. A análise de conteúdo consiste no processo de identificação, codificação e categorização de dados primários, a meta da análise de conteúdo é chegar a conclusões por meio da identificação sistemática e objetiva das características específicas de um texto (BARDIN, 1994).

O interesse pela análise de conteúdo está relacionado à necessidade cada vez maior dos pesquisadores das ciências sociais em se embasarem em uma técnica de análise de dados de pesquisa qualitativa, que, não se restrinja aos métodos quantitativos e nem tampouco exclua o método, porém que possua credibilidade no meio científico e acadêmico (Dellagnelo e Silva, 2005)

Segundo Dellagnelo e Silva (2005), o resultado da análise de conteúdo pode ser apresentado em tabelas, contendo frequências e percentagens, assim como num *survey*, porém para estudos em pesquisa social a simples aplicação de técnicas quantitativas, geralmente identificadas como enumeração fica sem sentido, ou incompleta.

Desta forma, optou-se como forma de codificação o tema proposto nos Objetivos do Trabalho e como forma de categorização optou-se por critérios semânticos que no contexto das enunciações estão relacionados, conforme Quadro 6:

Quadro 6 - Análise de conteúdo - Codificação e Categorização

Codificação (Objetivos)	Categoria	Subcategoria
Identificar os aspectos estruturais na rede estabelecida para comercialização da carne e pele de jacaré.	Conexões, laços	Acesso, tempo, referências, laços fortes, laços fracos.
	Configuração da rede	Análise da Centralidade: - número de vínculos/laços - intermediação - proximidade e distancia entre os membros da rede Análise da Densidade Existência de buracos estruturais
	Organização Adequada	Relações de Família Relações de Escola Relações de Religião Relações de amizade
Avaliar as relações dos atores sociais envolvidos no processo de comercialização	Confiança	No sentido de coletividade, inclui regras de reciprocidade,

		reduz os custos de transação.
	Normas	São assim consideradas quando influenciam as pessoas a trabalharem pelo bem comum. Gera segurança bem como recompensa do entorno social.
	Obrigações e Expectativas	Lealdade, comprometimento, comportamento, comportamento que espera retribuição futura.
	Identificação Social	Processo em que os indivíduos se veem como um grupo, sensação de pertencimento, grupo de referência.
Avaliar as relações dos atores sociais envolvidos no processo de comercialização	Códigos e Linguagem Partilhados	Concepção homogênea do tempo, do espaço, contexto em que se avalia fazer escolhas, interações, conexões, favores e negócios.
	Narrativas Partilhadas	Sistema de crenças, experiências em comum. Disseminação do pensamento do grupo.

Fonte: Elaboração da Pesquisa

Após a categorização das unidades de registros, ou seja, as enunciações dos entrevistados, buscou-se analisar o discurso destes de maneira a considerá-los uma linguagem que traz sentidos pré-construídos e por este motivo percebeu-se a necessidade de articular os discursos no contexto social e histórico por meio da análise de discurso.

A descrição da análise dos resultados considerou o sentido das falas não apenas pela técnica de análise de conteúdo, mas levantou o cenário social, as ideologias e a história dos entrevistados no sentido de considerar que “o enunciado não diz tudo, devendo o pesquisador buscar os efeitos dos sentidos e, para isso precisa sair do enunciado e chegar ao enunciável através da interpretação” (MUTTI e CAREGNATO, 2006, p.679).

Segundo Foucault (1996), a análise de discurso torna-se relevante quando a intenção da pesquisa está em aprender como as ideologias se materializam no discurso. Para o autor o discurso é considerado um conjunto de enunciados que se apoiam na mesma formação discursiva (FOUCAULT, 1996).

Propõe-se ainda a distinção entre enunciado e a enunciação de forma a considerar que a enunciação acontece toda vez que um ator emite um conjunto de signos, desta forma a enunciação é singular (SILVA, 2005). Por outro lado, o enunciado pode se repetir, podendo,

portanto, o enunciado ter diversas enunciações dependendo de seu contexto (SILVA, 2005, p. 25).

Salienta-se que devido à limitação de acesso aos atores, não foi possível a coleta de dados com os atores IBAMA e SAE do grupo instituições. No entanto, compreende-se que a representação entrevistada neste núcleo correspondeu às expectativas de coleta de dados.

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1 O Projeto de Plano de Manejo de Jacaré na RESEX Lago do Cuniã

O projeto de Plano de Manejo de Jacarés na RESEX Lago do Cuniã iniciou no ano de 2004, quando por meio do IBAMA e da associação ASMOCUN a comunidade iniciou a busca pela aprovação do plano de manejo de jacaré para comercialização de seus derivados.

Houve ainda a motivação para o abate devido à preocupação dos moradores com a segurança dos pescadores e das crianças da comunidade devido à existência de muitos jacarés no lago (devido ao bioma da região ser propício para o jacaré e outras espécies de animais). Entretanto, a morte de uma criança provocada pelo ataque de jacaré impulsionou a motivação para o abate, conforme pode ser confirmado pelo ICMBio:

O projeto começou em 2004, na época era o IBAMA ainda, tudo aconteceu por causa do acidente que vitimou uma criança de 5 anos. E aí a comunidade já vinha fazendo projetos para o IBAMA, que havia muito jacaré e que possivelmente poderia ser explorado esse recurso. Com o acidente, acirrou mais essa questão do querer fazer, querer dar um jeito no jacaré. E aí foi colocada na época essa grande vontade de trabalhar com o jacaré. O IBAMA na época fez várias reuniões. Perguntou para a comunidade se objetivo era o abate populacional ou comercial, isso em 2004. De 2004 até meados de 2008 e 2009 foi trabalhado o senso populacional de ninhos e toda a avaliação ambiental da Resex (IMBio).

Destaca-se ainda que no Brasil a legislação quanto ao jacaré é considerada um gargalo para a comercialização da carne. Ressalta-se ainda que o manejo de jacaré silvestre em reservas extrativistas é passível de monitoramento e censo anual, conforme estabelecido na IN 28 de 05/09/2012.

O primeiro manejo aprovado para safra 2011 iniciou-se com um abate demonstrativo e a vistoria realizada pela inspeção sanitária da SEMAGRIC emitiu certificado de registro junto ao Serviço de Inspeção Municipal (SIM).

O projeto passou então a ser moldado pela comunidade e pelos órgãos de regulamentação e normatização e o processo percorreu várias etapas até sua efetivação no ano de 2011, conforme ilustrado na Figura 2:

Figura 2 - Processo de Aprovação do Plano de Manejo da RESEX Lago do Cuniã



Fonte: Adaptado de ICMBio(2012).

Desde então, observa-se o crescimento da atividade de abate de jacaré na RESEX, a Tabela 1 mostra a evolução da produção nos anos de 2011 a 2013:

Tabela 1 – Produção de Jacarés na RESEX Lago do Cuniã em 2011-2013

Descrição	Dados Produção 2011	Dados Produção 2012	Dados Produção 2013
Data de início e fim da captura	03/10 a 13/11/2011	17/10 a 30/11/2012	01/07 a 31/12/2013
Número autorizado para abate	330	500	900
Número de jacarés abatidos	297	431	603
Total de carne produzida	1.755kg	3.717kg	4.600kg

Fonte: Elaboração da pesquisa

Constata-se o avanço obtido na produção de carne de jacaré e consequente aumento da comercialização também da pele. No entanto, no ano de 2014, devido à cheia no rio Madeira, as atividades de manejo não foram realizadas, pois quando o lago está cheio forma-se um “espelho d’água” que dificulta a caça do animal e o monitoramento dos ninhos.

A seguir serão descritos os atores que participaram e contribuíram para a efetivação do Plano de Manejo e o contexto que os levou a serem fundamentais no Projeto.

5.2 Descrição dos Atores Sociais

A análise da amostra dos atores permitiu identificar três grupos de representação no Projeto Jacaré, seu papel e o contexto em que participou da efetivação do empreendimento coletivo. Os grupos de representação identificados no trabalho são:

- Representação comunitária: ASMOCUN, COOPCUNIÃ, comunitários (extrativistas).
- Instituições de regulamentação e normatização: EMATER, IBAMA, ICMBio, RAN, SEMAGRIC, SEMMA, SAE.
- Representação de comercialização: empresa REGON e Supermercado Araújo.

A seguir serão descritos e analisados atores sociais de cada grupo de representação.

A representação comunitária “ASMOCUN” foi fundada em julho de 1986 em um cenário de conflitos pela posse da terra. A associação do Lago do Cuniã é uma entidade de representação política e social dos moradores da RESEX.

Sua criação contou com a participação de docentes da Universidade Federal de Rondônia e seu primeiro Presidente foi um dos primeiros membros da comunidade a ser formando da UNIR. A ata de sua fundação possui o seguinte lema:

“O homem tem um grande potencial para resolver seus problemas caso se una a outros que estão na mesma situação” (ASMOCUN, 1986).

Destaca-se que a associação é um ator de representação do grupo e desempenha papel político no cenário externo à comunidade. No contexto dentro da RESEX os extrativistas possuem também as lideranças locais e conselheiros nos núcleos Silva Lopes (Alto e Baixo), Neves, Araçá e Pupunhas.

Observa-se que a existência destes núcleos esteve relacionada à predominância destas famílias no poder exercendo monopólio dentro da comunidade no sentido de criar leis e determinar as regras dentro da comunidade. O surgimento da ASMOCUN proporcionou harmonização de conflitos dentro da comunidade e a sensação de justiça e democracia na tomada de decisões, pois considera-se que este monopólio era prejudicial por coibir inclusive o comércio conforme relata o Extrativista 1: “ [...] *era um monopólio, só essas famílias poderiam comprar os produtos*”.

Todavia, a comunidade da RESEX converteu esta realidade, de um cenário de contendas para um cenário de organização e ordenamento da gestão comunitária. No contexto do capital social este ordenamento é o engajamento que influencia as pessoas a trabalharem pelo bem comum e neste contexto geram segurança do entorno social garantindo o cumprimento de normas e gerando confiança entre os membros da comunidade. Ou seja, o engajamento percebido estimula comportamentos de renúncia de benefícios pessoais em prol do bem coletivo.

A ASMOCUN está diretamente relacionada com o Projeto Jacaré, pois foi por meio de suas iniciativas que o projeto ganhou expressividade e foi levado aos órgãos de normatização e regulamentação.

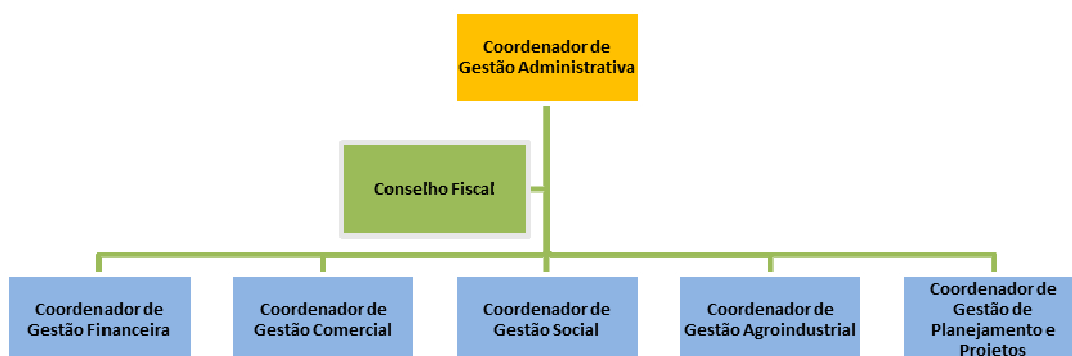
Destaca-se ainda que, recentemente, houve eleição para presidência da ASMOCUN e o nível de politização da comunidade evidenciou-se forte pelo fato de neste pleito três chapas disputarem 134 votos, considerando a existência de 84 famílias. Conhecido é que associações em reservas extrativistas, de maneira geral, possuem problemas de gerenciamento e até mesmo desinteresse e evasão dos associados, mas na RESEX Lago do Cuniã vê-se uma realidade diferente.

A outra entidade de representação dos extrativistas analisado neste trabalho é a COOPCUNIÃ. A COOPCUNIÃ foi fundada em abril de 2011 no intuito de comercializar os produtos da RESEX. A criação da cooperativa contou com a participação direta da EMATER, por meio da colaboração em especial de uma funcionária, extensionista e cooperóloga do órgão a qual foi aclamada pelos membros da comunidade a participar do processo de fundação, conforme evidenciado na ata de sua fundação.

É importante destacar que a adesão inicial da cooperativa foi de 43 sócios fundadores e destes 24 são mulheres. Esse fato leva a crer que a atividade do jacaré promoveu também a inclusão social destas mulheres posto que no abatedouro existem categorias de trabalhos que permitem às extrativistas lidar não apenas com o trabalho forçado, geralmente executado por homens, mas também trabalhos de preenchimento de planilhas, relatórios, embalagem e estocagem.

A cooperativa é gerenciada por um grupo de Gestores que são responsáveis pelas atividades dentro e fora da RESEX, mas o objetivo de todas as atividades da cooperativa é garantir o cumprimento de sua missão: *“realizar o manejo dos recursos com foco na sustentabilidade”* (COOPCUNIÃ, 2011). A forma de organização da cooperativa está representada na Figura 3, que ilustra a hierarquia existente:

Figura 3 -Organograma da COOPCUNIÃ



Fonte: Elaboração da Pesquisa

Este tipo de organização na cooperativa chama atenção, pois é o resultado da capacitação em Gestão comunitária promovida pela EMATER e o ICMBio e mostra-se como um benefício proporcionado pelo Projeto Jacaré no sentido de deixar na comunidade legado de conhecimento e é válido inclusive em outras iniciativas.

A criação e o gerenciamento da cooperativa COOPCUNIÃ e da associação ASMOCUN pode ser considerado uma fonte valiosa de capital social, visto que o capital social é reforçado pelas normas criadas e cumpridas no âmbito destas instituições, como também é capaz de trazer prosperidade e desenvolvimento.

E por fim, caracterizando a amostra “Comunidade” apresenta-se o grupo “extrativistas”. De forma geral, a ocupação dos comunitários é o extrativismo de produtos florestais não madeireiros como a castanha o açaí a caça e a pesca. A atividade de extrativismo obedece à sazonalidade destes produtos e o abate de jacaré não é a única fonte de renda. Foi possível perceber entre os comunitários um forte poder de articulação e liderança, o sentimento de “dono” da terra gerado pelo histórico de resistência que vivenciaram no passado os faz singulares e os torna respeitáveis inclusive frente às autoridades:

“Se ali está preservado é por conta deles mesmos, pois se eles não cuidassem, nem ICMBio, nem prefeitura, iam preservar aquilo. A comunidade é muito politizada”(SEMMA).

Os atributos presentes na comunidade como politização, engajamento, liderança, normas e gestão comunitária contribuíram para a “COMUNIDADE” no sentido de gerar prestígio e fundamentar relacionamentos externos que possibilitariam a efetivação do empreendimento coletivo de manejo de jacarés.

A segunda representação identificada é composta por atores (instituições) relacionados à legalidade, normatização, assistência técnica, logística e infraestrutura do Projeto de Manejo de Jacaré. Os atores identificados neste grupo são IBAMA, ICMBio, SEMAGRIC, EMATER, RAN e a empresa Santo Antônio Energia.

No Projeto Jacaré o IBAMA atua o órgão responsável pela autorização de transporte da carne e da pele de jacaré. No início do projeto foi responsável pelos estudos sobre a população de jacarés na reserva.

O ICMBio é o órgão gestor das RESEX Lago do Cuniã e está presente no Projeto Jacaré nas questões relacionadas à liberação das cotas anuais de abate.

A SEMAGRIC é o órgão responsável pela inspeção municipal, é por meio desta inspeção que a COOPCUNIÃ obtém o selo de inspeção municipal (SIM).

A instituição EMATER atua na reserva extrativista prestando assistência técnica e, em especial, no Projeto Jacaré esteve ligada à fundação da cooperativa, à capacitação dos extrativistas em gestão comunitária.

As atividades da instituição RAN abrangem programas de pesquisa e monitoramento e avaliação periódica do estado de conservação dos répteis e anfíbios nos diferentes biomas

brasileiros. No Projeto Jacaré também atuou com ações educacionais sobre meio ambiente e ecologia.

A empresa Santo Antônio Energia foi a responsável pela construção do abatedouro de jacaré, utilizando recursos de compensação pela construção das Usinas do Madeira.

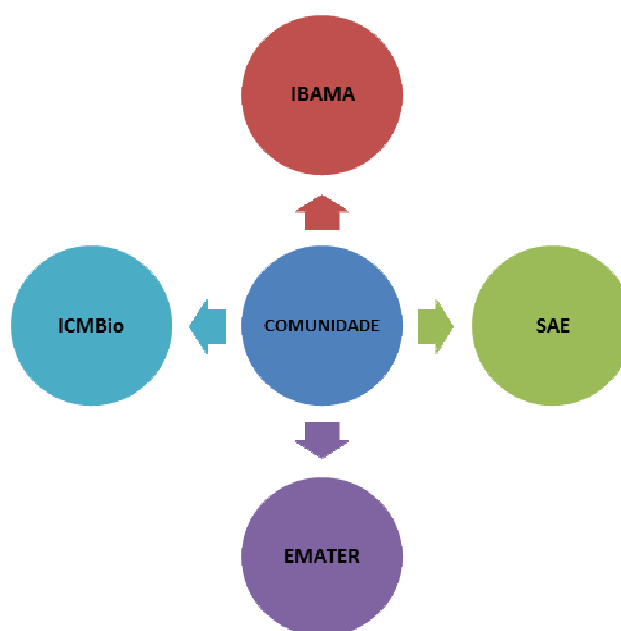
A terceira representação de atores está relacionada à comercialização da carne e pele de jacaré. Neste contexto foram analisados, na comercialização da pele de jacaré a empresa REGON de Betim/ MG, e carne o Supermercado Araújo de Porto Velho.

A seguir serão apresentados os relacionamentos, as interações, os vínculos e os relacionamentos que se estabeleceram entre os atores identificados e de que forma contribuíram para o Projeto Jacaré.

5.3 Vínculos estabelecidos pós-aprovação do Projeto de Plano de Manejo

Os primeiros vínculos formados para a efetivação do projeto dizem respeito às questões relacionadas à normatização, cumprimento da legislação e recursos logísticos e financeiros. Desta forma, observa-se como principais vínculos da comunidade aqueles estabelecidos com as instituições de regulamentação, conforme ilustra Figura 4:

Figura 4 - Vínculos estabelecidos pós-aprovação



Observa-se no discurso dos entrevistados que a COMUNIDADE é vista como o ator central do Projeto, tendo em vista ser a peça fundamental e que representada por suas entidades busca melhorias para a comunidade, conforme explanado na fala do representante do ICMBio:

“Porque é assim, para o projeto acontecer mesmo a peça fundamental é a comunidade. O projeto só aconteceu e só acontece por causa da comunidade e dos jacarezeiros, que trabalham dia e noite no projeto, para que ele, se mantenha durante o período que não estão sendo abatidos os animais” (ICMBio).

Cabe contextualizar que no ano de 2004 o IBAMA havia iniciado o levantamento da quantidade de jacarés na região a pedido da comunidade. Em 2007 houve a mudança da Gestão das Unidades de Conservação no Brasil, com esta alteração o ICMBio passou a exercer a o papel que antes era exercido pelo IBAMA.

Todavia, o projeto só foi concluído no ano de 2010, onde por meio de recursos de compensação pela construção das Usinas do Madeira oriundos da empresa Consórcio Santo Antônio Energia e a viabilização de energia elétrica pelo Programa Luz para Todos, foi construído o abatedouro com estrutura de armazenamento e beneficiamento da carne de jacaré.

Neste contexto é possível perceber que os primeiros relacionamentos estabelecidos estavam relacionados às questões de normatização e legalidade, o que de certa forma era um resultado esperado da pesquisa, pois os relacionamentos do âmbito comercial seriam firmados posteriormente e estariam relacionados a questões de acesso e contato com pessoas, informações e referências.

Em um contexto que envolve conhecimento em veterinária, biologia, gestão operacional, financeira e administrativa, a COOPCUNIÃ não tinha condições de iniciar suas atividades a não ser por meio de parcerias. Desta forma, na tentativa de comercializar a carne de jacaré para a empresa Consórcio Santo Antônio, a cooperativa não obteve êxito.

Sob o ponto de vista dos extrativistas, o que se esperava era a ampliação deste relacionamento no que concerne à produção de carne de jacaré do Lago do Cuniã, haja vista a importância desta empresa para implementação do frigorífico, entretanto, o que se percebeu na pesquisa foi uma clara separação entre o ator financiador e ator consumidor. Isto porque a empresa SAE não participou como compradora conforme destacam o presidente da cooperativa e o ICMBio:

“Tínhamos todos os selos, os pacotes, tudo embaladinho direitinho e também chegamos a oferecer para a Santo Antônio Energia por 10 reais. E eles não compraram porque poderia dar problema. E foram eles que construíram o frigorífico, mas não compraram a nossa carne.” (COOPCUNIÃ)

“ Saímos oferecendo em vários lugares e como a Santo Antônio estava no auge da construção das usinas, era perfeito. Assim nas primeiras conversas a diretoria achou bacana, mas depois eles pensaram que os funcionários poderiam consumir a carne do jacaré e depois passar mal. Foi puro desconhecimento, pois a carne é inspecionada. Já foram feitos todos os testes microbiológicos, salmonela, tudo deu negativo” (ICMBio).

No contexto do capital social a mudança de cenário “da comunidade para o mercado” é considerada uma forma de capital social, no sentido de ampliar os relacionamentos antes restritos ao cenário “comunidade – instituições” para o campo das negociações comerciais, barganhas e acordos. O capital social que impulsionou a busca por reivindicações também é observado quando se confia a produção e os recursos financeiros do grupo às instituições gerenciadas por este.

Para comercialização da carne de jacaré a COOPCUNIÃ buscou dentre os supermercados locais a aceitação de seu produto, porém foi possível perceber que a falta de referências e conhecimento sobre o produto impediam a sua aceitação no mercado local.

“ Foi quase um peregrinação: a gente deu uns 300 kg como apresentação, mas foi legal. Era um produto que não existia, que estava surgindo o naquele momento e o povo não estava acostumado a comer carne de jacaré.” (COOPCUNIÃ).

O Supermercado Araújo foi o último lugar em que a cooperativa ofereceu o produto, mas a falta de preparo da cooperativa no que diz respeito às negociações no cenário mercado só foi superado mediante a influência de referências deixadas pela instituição ICMBio, isso confirma a ideia de que a falta de prestígio e referências impedem a realização negócios, mesmo que sejam bons.

O discurso do representante do Supermercado Araújo confirma este pensamento:

“O primeiro contato que eu tive foi com uma pessoa que trouxe uma amostra para a gente numa caixa térmica. No primeiro contato por não ter conhecimento na região e por não saber da procedência não me interessei pela carne do jacaré. Em seguida recebemos um e-mail do ICMBio, do Cuniã, e também veio o veterinário de lá conversar conosco para explicar a procedência da carne, o projeto sustentável e como funcionava” (Supermercado Araújo).

Observa-se neste relacionamento um grau de cooperação e reciprocidade no sentido de auxílio mútuo entre eles e cumprimento de acordos.

Outra questão a ser resolvida no Projeto Jacaré era a pele, que é o produto principal do animal. Observou-se que no processo de manejo a pele é considerada o lucro, tendo em vista que a venda da carne de jacaré paga os custos da produção do abate.

Não existe no Estado de Rondônia curtume e nem empresas que comercializam ou exportam pele de jacaré. Então por intermédio de um contato pessoal do representante do RAN foi possível estabelecer vínculo com a empresa REGON de Betim-MG.

Este fato merece atenção no que diz respeito à adequação dos relacionamentos de um contexto social para outro contexto social, o que corrobora com a visão proposta no capital social em que as relações de família, relações de estudo, relações de religião, de vizinhança e de amizade representem uma fonte de capital social por proporcionar recursos como acesso a informações e pessoas. Desta forma, as informações trocadas na rede de relacionamentos pessoais e de negócios foram determinantes para solucionar o problema enfrentado pela cooperativa. Este relacionamento de amizade entre o representante da empresa REGON e da instituição RAN proporcionou acesso, referência e oportunidade de negócio, como destaca o empresário:

“Um amigo meu lá do ICMBio, o Marcos Coutinho, me perguntou por eu ter negócios fora do país, e a gente conhece muita gente, ele disse que eu poderia ajudar a vender a pele” (REGON)

Assim, compreende-se que a redes de relacionamento onde há *F-Connections: families, friends, firms* há também facilidade na troca de informações e ambiente favorável à cooperação e realização de negócios.

O resultado da adequação dos relacionamentos de diferentes contextos pode ser considerado o produto econômico gerado, pois o resultado econômico destas interações mostra como essas formas de organização social podem afetar os intercâmbios comerciais.

5.4 Análise das Relações Estabelecidas

Os aspectos relacionados à sociabilidade dos atores são abrangidos na dimensão relacional do capital social. Os comportamentos de entrega dos indivíduos em situações que envolvem confiança, cumprimento de normas, obrigações e expectativas são os construtos analisados neste tópico.

Observou-se que a confiança entre os extrativista foi estabelecida com base na reciprocidade e expectativa de que os comportamentos dos comunitários estejam adequados as normas existentes na comunidade.

Neste ponto, buscou-se analisar a relação de confiança entre os membros da comunidade e os demais atores sociais.

No contexto da pesquisa percebeu-se que a confiança e normas são equivalentes no sentido de estarem ligadas pela reciprocidade, conforme ilustra Figura 6, ou seja, “se alguém cumpre as normas é digno de confiança”.

Figura 5 - Reciprocidade



Fonte: Elaboração da Pesquisa

E neste escopo também pôde ser percebido que mesmo a existência de convívio íntimo e pessoal, seja por relações de amizade ou de família, não diminui a influencia das normas sob a confiança, conforme enunciações dos extrativistas no Quadro 7:

Quadro 7 - Análise de Conteúdo Categoria “Confiança”

DIMENSÃO RELACIONAL	
Subcategoria: Confiança no o sentido de coletividade	
Unidade de Registro Extrativista 2	Unidade de Registro Extrativista 4
<i>“Conhecer pessoalmente é bom, mas não dá para confiar em todo mundo, a gente espera que todos tenham honestidade”.</i>	<i>“Conhecer pessoalmente é bom, mas tem caboclo aqui que só melhoram quando a gente dá uma prensa.”</i>

Fonte: Elaboração da Pesquisa

Ou seja, a confiança pelo convívio íntimo e pessoal existe, todavia das regras da comunidade geram a reciprocidade esperada nos comportamentos.

Outra questão diz respeito à confiança estabelecida com os parceiros comerciais. O Supermercado Araújo e a COOPCUNIÃ firmaram um acordo informal no qual a venda da carne de jacaré seria exclusividade deste parceiro, nota-se que neste contexto a confiança como um elemento capaz de diminuir os custos de transação e monitoramento, seja através da inexistência de acordos formais, como também pela expectativa de se ter um bom comportamento onde a reciprocidade é uma regra.

A respeito da informalidade e acordos firmados sobre a exclusividade da comercialização com o parceiro Supermercado Araújo buscou-se compreender como fora estabelecido este acordo e de que maneira a confiança o influenciava, conforme destacam o presidente da cooperativa e o gerente do supermercado o acordo firmado entre eles diz respeito ao preço da carne e à exclusividade de fornecimento:

“Todas as combinações têm sido cumpridas. Por exemplo, o preço, a gente começou com um preço foi aumentando, hoje está 22 reais o kg. Nós cumprimos a nossa parte e ele a deles. Nós só vendemos para eles (Araújo) exclusivamente. Até porque ele abriu o mercado para a gente, nos deu oportunidade” (COOPCUNIÃ).

“Não tem nada documentado. A gente tem uma parceria comercial apenas verbal” (Supermercado Araújo).

O que pode ser percebido nestes enunciados é, primeiramente, por parte da cooperativa, um sentimento de gratidão pela empresa que acreditou em seu trabalho e comprou a carne de jacaré e recebe como recompensa exclusividade de fornecimento. No contexto da empresa Supermercado Araújo, observa-se que a exclusividade no fornecimento

da carne de jacaré gera resultados econômicos, seja pelo diferencial de vender um produto exclusivo e também pelo reforço à imagem de consciência socioambiental que a empresa divulga.

No quesito sanções, a intenção deste estudo está em analisar os tipos de sanções existentes e o aceite destas no contexto da comunidade. As sanções existentes na RESEX demonstram que a democracia e o diálogo são uma espécie de normas a serem aceitas no sentido de influenciar comportamentos de renúncia do individualismo pelo bem coletivo, como pode se ver no contexto do extrativista:

“Cada um cuida da sua família, mas quando há um problema que atinge todos nós resolvemos juntos. A gente tenta sempre conversar, mas quando não resolve na conversa a gente coloca em pauta e discute nas assembléias que acontecem internamente no Cuniã” (Extrativista 5).

Outro ponto de vista é colocado pelo representante do ICMBio, em que situações de impasse sejam resolvidas de maneira amigável:

“No estatuto (da associação) fala que tem que ter conversa, interagir com a comunidade e que tem que passar para a pessoa que ela tem que fazer da forma que tem que ser. Não levar para o lado da punição, mas da comunidade. Então não é para que a pessoa haja pela punição, mas sim pela consciência”(ICMBio).

Pode ser analisado ainda o contexto do extrativista, que no convívio diário na comunidade tem a consciência de que há gestos, olhares e comportamentos de rejeição que também são considerados uma espécie de punição e muitas vezes podem ser mais eficientes do que o diálogo, como acredita o presidente da cooperativa.

“E uma da punição que a pessoa leva é quando faz uma coisa dessas é que as pessoas viram a cara. Por exemplo: três ou duas vezes o caboclo passou perto e ninguém olhou. Ela se sente excluída. É uma das formas mais fáceis de punir, a pessoa se sente menosprezada” (COOPCUNIÃ).

Desta forma, o capital social que se manifesta através de normas ou sanções pode ser identificado como o comportamento de renúncia individual frente ao interesse coletivo, como também foi possível perceber que os comportamentos baseados na reciprocidade são um tipo de norma.

No aspecto da dimensão relacional verificou-se também um forte apego dos comunitários ao espaço territorial do Lago do Cuniã devido a seus vínculos históricos e

culturais, o sentimento de pertencimento que se nota é resultado da trajetória de luta de resistência pela ocupação da área.

O Quadro 8 mostra o sentimento existente nas pessoas que as motiva a morar na RESEX e trabalhar pelo bem dela:

Quadro 8 - Análise de Conteúdo Categoria “Identificação Social”

DIMENSÃO RELACIONAL		
Subcategoria : Processo em que os indivíduos se veem como um grupo, sensação de pertencimento, grupo de referencia.		
Unidade de Registro Extrativista 2	Unidade de Registro Extrativista 3	Unidade de Registro COOPCUNIÃ
<i>“O Cuniã é um lugar abençoado, é um paraíso que Deus reservou para nós. Peixes e frutas em abundância. A gente deixa a janela aberta sem se preocupar.... a gente tem fartura lá. Temos peixe, frutos, caça, em abundância e a paz. A gente saber que pode ir e vir a hora que quiser sem ser roubado, assaltado, assassinado”</i>	<i>“Lá é o paraíso lá eu tenho liberdade de sair a hora que quero. É pelo lugar. Não tem nem comparação. Não é por que eu moro lá, mas é um lugar muito lindo e tranquilo”</i>	<i>“O dia que eu sair de casa só para o cemitério mesmo. Não tem outro lugar melhor para eu morar A maioria do povo do Cuniã vê dessa forma .</i>

Fonte: Elaboração da Pesquisa

A consciência cívica também é um atributo pré-existente ao capital social e no caso da RESEX Lago do Cuniã, trajetória histórica (*path dependence*) mostra-se muito importante no contexto de criação dos valores culturais da comunidade e motiva o seu engajamento.

5.5 Compreensão das Características Cognitivas dos atores sociais

As características cognitivas presentes no Capital Social consideram que as formas de compartilhamento de significados como histórias, metáforas, mitos, vocabulários, códigos, cultura e tradição constituem uma forma de capital social.

Desta forma, observa-se que as histórias de resistência vivenciadas pelas gerações passadas e que foram presenciadas pelos extrativistas, seus avós e tios expressam as crenças e

valores em comum do grupo. Um exemplo disso está em narrativas e histórias em comum que as famílias tradicionais viveram, sendo a mais forte delas, a luta pela posse da terra:

“Eu lembro que tinha uns 10 anos, acho que isso. Minha avó morreu com 90, 88anos. Ela conta que tinha um monte de soldado, todos armados e ela desceu com um terçadinho na mão enfrentando todo mundo. Ela disse: quer matar, mata, mas vai matar uma pessoa que nasceu aqui, quer viver e morrer aqui e ser enterrada aqui. Aquilo foi muito forte. A comunidade começou a se unir e criaram a associação”(COOPCUNIÃ).

As relações familiares aqui expostas também são outro ponto importante no contexto deste estudo, pois sendo a RESEX do Lago do Cuniã constituída por famílias tradicionais, percebe-se que um grande apelo à descendência destas famílias no sentido de reconhecer que a mobilização em ações coletivas era a sua melhor saída para enfrentar essas dificuldades, tendo em vista não o fato de contarem com o poder público. A compreensão desta realidade e o pensar coletivo são o reconhecimento cognitivo de que, se no passado a cooperação proveu soluções para os problemas da comunidade, no presente também irá contribuir.

Destaca-se também a narrativa apresentada pelos comunitários quando da luta entre o governo e a população tradicional no que diz respeito à derrubada de uma antiga igreja na comunidade, que era sinônimo de convívio social e símbolo de fé dos antigos moradores:

“O que impactou a gente quando quiseram tirar a gente de lá, foi que derrubaram a igreja que existia lá. A comunidade se reunia alí. Derrubaram a igreja, derrubaram nossas raízes”(Extrativista 6).

Há ainda entre os extrativistas o sentimento de perda quando, por necessidade, saem do Cuniã para morar na cidade em busca de estudo e trabalho. Verificou-se que devido à falta de escola de nível médio e superior na comunidade submete os membros da comunidade a se mudarem e desta forma, muitos se sentem divididos entre morar em um lugar de natureza preservada ou buscar melhores condições de vida na cidade grande, há diversos moradores que vivem esse dilema:

“Eu nasci lá em 1962, tenho 52 anos hoje. Aos 12 anos perdi minha mãe e vim morar na cidade. Em 1975 vim para Porto Velho e fiquei até 1995 nesse período cresci e estudei e trabalhei e como balconista de farmácia por mais de 18 anos. Retornei em 1994 para passear. Ou seja: o filho rural veio para cidade. Aí você passa a ter dois sentimentos na sua vida: você rural e você urbano. Quando cheguei que dei valor minha terra: um lugar tão rico como o Cuniã e a minha família pobre” (Extrativista 1).

Estes acontecimentos também são relevantes para o surgimento das primeiras lideranças na comunidade, as quais representam um importante fator para o desenvolvimento das instituições e disseminação de um discurso comum na comunidade de ordem e cooperação.

5.6 Produto Econômico, Ambiental e Social

O Projeto Jacaré do Lago do Cuniã promoveu 23 empregos diretos e trouxe notoriedade para a comunidade na comercialização da carne e da pele de jacaré.

A comercialização da pele, hoje, é realizada pela empresa REGON, mas a empresa exporta as peles compradas da COOPCUNIÃ, conforme destaca dono da empresa REGON:

“Hoje nós exportamos para Tailândia, Japão, Itália, e exportamos agora para a Argentina, porque na Argentina tem um camarada que vai mandar para a Itália. O problema é que no Brasil não há tecnologia boa para curtir a pele do animal, então temos que mandar a pele crua para ser curtida lá. A gente tá trabalhando para trazer para o Brasil o material para curtir a pele aqui com a mesma qualidade que se faz no exterior” (REGON).

É interessante olhar como o Projeto de Jacaré, inicialmente, uma iniciativa de extrativistas passa a integrar uma rede de comercialização de magnitude internacional. Outra questão levantada pela empresa REGON foi a cheia ocorrida no último ano de abate que prejudicou o fornecimento da pele para seus compradores:

“Então agora, por exemplo, estamos com um problema porque esse pessoal que compra a pele quer um fornecimento frequente. Por exemplo, esse ano devido a enchente não vai ter pele de jacaré, vou ter que me virar com esse pessoal lá de fora, pedir desculpas. É a inconstância. E a gente não sabe até quando esse projeto vai continuar e é difícil porque quando a gente abre um cliente lá fora a gente tem que ter responsabilidade de fornecimento. Então eu estou fazendo uma criação desse tipo de jacaré para que a gente tenha uma constância nesse fornecimento, quando não puder tirar jacaré do Cuniã, a gente tem uma alternativa aqui para fornecer na falta do jacaré de lá. Já saiu a licença do IBAMA e já começamos a criação(REGON).

Observa-se também, a preocupação com a continuidade das atividades no abatedouro durante os períodos em que não ocorre o abate de jacaré, posto que a infraestrutura construída equipamentos, instalações necessitam de manutenção e se não há abate, mesmo por fatores naturais, a infraestrutura permanece. A respeito disso, o secretário da SEMAGRIC e o RAN expõem seu ponto de vista quanto a este assunto:

“O projeto em minha opinião vem dando certo, mas são necessárias algumas correções. Porque o frigorífico na época do abate funciona, mas na maioria do tempo fica parado. Preocupados com essa situação propomos algumas alternativas como a criação do pirarucu em cativeiro, para que na época em que não há abate do jacaré as pessoas tenham um emprego e movimentação financeira, a gente precisa criar alternativas para que se tenha renda o ano todo” (SEMAGRIC).

“Temos que ter cuidado para que o frigorífico não vire um elefante branco, porque em diversas reuniões que tivemos com eles, falamos sobre isso. Já tivemos exemplos de indústrias dentro de reservas na Amazônia que não tiveram continuidade de projetos.” (RAN)

Os prejuízos gerados pela cheia na RESEX foram sentidos não somente nas atividades do jacaré, os danos foram registrado em todo Baixo Madeira e a renda dos extrativistas e ribeirinhos da região ficou comprometida:

“Esse ano foi difícil para o pessoal do Baixo Madeira. A produção caiu mesmo, a pesca teve picos de oferta e agora tem pouco. Então se tivesse o jacaré seria uma renda.” (ICMBio)

Situações de privação, como estas podem levar as pessoas a agirem de maneira irracional sob o ponto de vista coletivo, lamentavelmente, a existência de um mercado paralelo, onde não se paga o preço justo, fomenta a prática irregular da venda dos produtos da RESEX, conforme destaca o extrativista:

“O problema do extrativismo são os atravessadores, pois eles vêm e oferecem dinheiro. Como as pessoas precisam das coisas, elas aceitam. Chegando a Porto Velho eles vendem para fábricas e indústrias por 3 ou 4 vezes a mais do que eles pagaram. Nós temos dificuldade para escoar o produto, para tirar os produtos como açaí, castanha” (Extrativista 3).

Putnam (2002) ao discorrer sobre os dilemas da ação coletiva mostra através de da teoria dos Jogos situações como o dilema do prisioneiro, onde dois cúmplices são mantidos incomunicáveis, e diz-se a cada um deles que, se delatar o companheiro, ganhará a liberdade, mas se guardar silêncio, e o outro confessar, receberá uma punição especialmente severa. Se ambos mantivessem silêncio, seriam punidos levemente, mas, na impossibilidade de combinarem suas versões, cada qual faz melhor em delatar, independentemente do que o outro venha a fazer.

Em analogia ao fato relatado pelo extrativista sobre os atravessadores e dificuldades financeiras percebe-se a irracionalidade do ponto de vista econômico, pois o atravessador sempre irá valer-se de uma informação que o extrativista não tem e o colocará sempre em posição de desigualdade.

Por outro lado, a presença de atravessadores pode ser analisada de forma positiva, pois este se desloca até a reserva, que é uma área de difícil acesso, e compra os produtos dos extrativistas, que muitas vezes não tem condições sequer de sair da reserva e não tem outra forma de escoar a sua produção.

Desta forma, a existência dos atravessadores estará relacionada à realidade oferta e demanda e em se tratando de períodos difíceis como este, a presença destes torna-se importante no sentido de garantir a comercialização dos produtos da reserva.

Quanto à carne e pele de jacaré, não foram registrados episódios de venda para atravessadores ou caça e venda clandestina após aprovação do Projeto, todavia os moradores da reserva sofrem com a falta de policiamento na região, que já foi alvo de praticantes de pesca predatória de outros tipos de animais e pescado e até mesmo criminosos e fugitivos de outras localidades que tentam se esconder na região.

Por isso, torna-se imprescindível o olhar das autoridades governamentais na região, no sentido de garantir à comunidade políticas públicas de saúde, moradia, educação, transporte, infraestrutura e saneamento básico.

A tímida ação das políticas públicas na região orienta conduz a comunidade à busca de recursos pela exploração de diferentes produtos, durante a pesquisa foi constada a existência de outros projetos em andamento na região, que estão resumidos no Quadro 9:

Quadro 9 - Projetos em Andamento na RESEX Lago do Cuniã

Projeto	Recursos Financeiros	Responsável
Turismo Base Comunitária	Cerca de R\$ 150.000,00 oriundos da obra de compensação pela ampliação do Porto Velho Shopping	ASMOCUN e IRTUR e SEMMA
Manejo Pirarucu	Cerca de R\$ 250.000,00 parceria com a SEMMA	ASMOCUN e SEMMA
Beneficiamento da Castanha	Banco do Brasil	Associação Arte e Castanha

Fonte: Elaboração da Pesquisa

Estes projetos, em especial o Projeto Jacaré corroboram com os objetivos das reservas extrativistas e trazem desenvolvimento para a região com geração de renda, crescimento

intelectual e social. Mas, os extrativistas não podem ser desassistidos pelas políticas públicas básicas devido à existência desses projetos.

Sob o ponto de vista ambiental considera-se que o projeto é viável e sustentável no sentido de garantir a preservação do jacaré-açu, pois diferente do que se esperava no início da pesquisa a abundância de jacarés na região não é resultado de um desequilíbrio da natureza, é uma consequência do bioma da região.

Por fim, foi possível identificar na pesquisa elementos do capital social como engajamento, confiança, cooperação e reciprocidade que afirmam a influencia destes para o sucesso e efetivação do Empreendimento coletivo de Manejo de jacarés.

6. CONCLUSÃO

Com o intuito de analisar como os elementos das dimensões do capital social se manifestam e de que maneira contribuem para o Projeto Jacaré na RESEX Lago do Cuniã, foi possível observar que as relações de atores sociais da RESEX Lago do Cuniã expõem a existência de um capital social constituído ao longo de sua trajetória histórico-cultural capaz de modificar a realidade social.

O capital social analisado neste estudo pode ser considerado um recurso a partir do qual os relacionamentos são estabelecidos e nos quais os vínculos familiares, de amizade, de vizinhança e a identificação social em comum proporcionaram o cenário em que normas de reciprocidade foram criadas e propiciaram ambiente favorável à ação coletiva.

Sabe-se ainda que comunidades distantes dos grandes centros sofrem com a falta de informações, recursos e atenção de políticas públicas. Em paralelo, as dificuldades enfrentadas por estas comunidades podem ser minimizadas com a construção de capital social capaz de impulsionar indivíduos a cooperar pelo bem comum. O capital social acumulado pela comunidade da RESEX foi construído pelo histórico de luta pela ocupação da terra e pelo direito de ser extrativista e isto é um forte apelo à descendência destas famílias no sentido de reconhecer que a mobilização em ações coletivas é a melhor saída para enfrentar os problemas locais.

Sobre este aspecto, nota-se que instituições como a ASMOCUN e a COOPCUNIÃ reforçam a identidade da comunidade no sentido de terem um alto nível de representação, o que significa dizer que a comunidade é extremamente politizada e o seu engajamento representado pelas instituições sustenta as suas normas e garante a credibilidade de suas decisões dentro da comunidade.

Compreende-se, portanto, que os aspectos estruturais do capital social se manifestam nas redes sociais que se estabelecem na comunidade e se estendem aos relacionamentos externos a ela. A configuração das redes sociais no Projeto Jacaré demonstra que a existência de um relacionamento em contexto distinto possui relevância na construção de um novo relacionamento seja pela referência e prestígio anteriores ou pelo fato de terem a tradição e o tempo como premissas.

Por outro lado, é possível concluir que a confiança no sentido de coletividade presente no capital social é um recurso que proporciona durabilidade nos relacionamentos posto que, na perspectiva dos relacionamentos entre extrativistas a confiança é concernente mais às questões de coletividade do que convívio íntimo ou pessoal. A percepção que se teve durante

o estudo é que a confiança existe e é análoga às normas e condicionante à regularidade de padrões de comportamento.

Todavia, observou-se que na perspectiva dos relacionamentos entre a COOPCUNIÃ e os atores sociais do núcleo comercial, o Supermercado Araújo e a empresa REGON, os vínculos estabelecidos advêm da consciência corporativa a respeito da responsabilidade socioambiental e são reforçados pela existência de aspectos como acesso, tempo e referência de relacionamentos anteriores.

Assim, sob o ponto de vista ambiental, é possível concluir que o Projeto de Manejo de Jacaré na RESEX Lago do Cuniã respeita o bioma da reserva e permite que a natureza mantenha seu percurso natural, tendo em vista, que o controle populacional é prioridade no sentido de não gerar riscos à espécie do jacaré-açu e também manter o equilíbrio da cadeia alimentar.

Quanto ao papel econômico, o empreendimento coletivo é considerado uma fonte de renda extra aos comunitários, principalmente, devido à sazonalidade dos produtos de extrativismo comercializados no Baixo Madeira. Não obstante, a atividade produtiva de manejo de jacaré também é sazonal e devido à logística desta atividade exigir o uso de energia elétrica, equipamentos e um abatedouro, é preocupante a ociosidade desta infraestrutura durante o período em que não ocorre o abate de jacaré.

Sob o ponto de vista social compreende-se que preservação das populações tradicionais e seus recursos naturais são a razão de existir das reservas extrativistas, contudo, nem sempre são proporcionados os meios para que estes objetivos sejam alcançados, seja por falta de investimentos públicos ou mesmo pelo desinteresse comunitário, arrefecimento de projetos ou descontinuidade de atividades tradicionais ribeirinhas pelo crescente êxodo rural dos filhos de extrativistas, que em busca de um vaga no ensino médio, são compelidos a deixarem seus lares nas reservas extrativistas e pouco a pouco a identidade “extrativista” se perde, pelo não retorno dos que vão embora, como também pelo fato de o “filho ribeirinho” na cidade sofrer o estigma de sua baixa escolaridade e, neste cenário, pode compor as estatísticas do desemprego na cidade grande.

No sentido oposto, sabe-se que a maior riqueza que se pode obter vem de recursos naturais. Ora, se o filho da reserva extrativista não possui a estrutura necessária para poder atingir conhecimento suficiente para criar e manter atividades sustentáveis dentro da RESEX, como o capital social de outrora poderá impulsionar o desenvolvimento regional e de que forma serão atingidos os objetivos de sustentabilidade das reservas extrativistas?

Assim, nota-se que na RESEX Lago do Cuniã predomina um sentimento de pertencimento e de consciência quanto à preservação de seus recursos naturais, porém, o capital social evidenciado nos aspectos das dimensões estrutural e relacional podem ser moldados pelos elementos da dimensão cognitiva no sentido de que se repasse às novas gerações a necessidade da busca de conhecimento e não somente a busca por trabalho e renda na adolescência.

É contundente o argumento de que empreendimentos de sucesso como o Projeto Jacaré contribuem para o desenvolvimento local e proporcionam melhoria da qualidade de vida pela renda obtida, no entanto, é perceptível que o maior benefício obtido neste estudo de caso é o conhecimento recebido por meio de cursos de capacitação em gestão comunitária, conhecimentos sobre biologia e ecologia. O capital social que pode ser enriquecido neste aspecto diz respeito à dimensão cognitiva, pois a diversidade é um recurso que propicia ambiente de inovação. Destarte, a disseminação de um discurso comum a respeito da importância do desenvolvimento do capital humano e intelectual por meio do conhecimento aliado ao engajamento existente proporcionaria melhor desempenho do resultado do capital social na comunidade.

Desta forma, é possível confirmar a existência de capital social na RESEX Lago do Cuniã não apenas no Projeto Jacaré, visto que neste estudo foi constatada a existência de outras iniciativas como o projeto de manejo do peixe Pirarucu, o turismo ecológico e beneficiamento da castanha.

Admite-se que as limitações deste estudo não permitiram maior aprofundamento sobre o andamento destes projetos existentes na comunidade, conquanto, a identificação dos mesmos pode contribuir para a realização de estudos posteriores e abre espaço para o crescimento de estudos na RESEX Lago do Cuniã.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADLER, Paul S.; KWON, Seok-Woo. Social capital: prospects for a new concept. *Academy of Management Review*, v. 27, n. 1, p. 17-40, 2002.

ALLEGRETTI, M. A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Editora UFPR, 2008.

ALMEIDA, Fernando. *Os Desafios da Sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BANCO MUNDIAL. What is social capital? Disponível em <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTSOCIALDEVELOPMENT/ETTSOCIALCAPITAL/.html>. Acesso 23 de junho de 2014.

BALESTRO, M.V. Capital social, aprendizado e inovação: um estudo comparativo entre redes de inovação na indústria de petróleo e gás no Brasil e no Canadá. Brasília, 2006.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: 2006.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 1986

BURT, R. The contingent value of social capital. *Administration Science Quarterly*, n.2, vol.42, p 229-365, 1997. 2000, 1992

CHILD, J.; MCGRATH, R.G. Organizations unfettered: organizational form in the information-intensive economy. *Academy of Management Journal*. V. 44, N. 6, 1135-1148, 2001.

CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso Futuro Comum*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COLEMAN, J.S. Social capital in the creation of human capital. *American Journal of Sociology*, n.94, p.94-120, 1998. 1988

COSTA, B.M. Capital social e organizações do terceiro setor em Porto Alegre. Porto Alegre, 2004.

COSTA, G.B. Permanência de práticas tradicionais em reservas extrativistas no Estado de Rondônia. Santa Cruz do Sul, 2012.

CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

EBERS, M.; GRANDORI, A. The Forms, Costs, and Development Dynamics of Inter-Organizational Networking. In: Ebers, M. The formation of inter-organizational networks. New York: Oxford University Press, 1999.

FLICK, U. Introdução a pesquisa qualitativa. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, M. A ordem do discurso. São Paulo: Loyola. 1996.

FUKUYAMA, F. Social Capital and civil society. IMF Institute, 2000. 1995

GENARI, D. Mensuração do capital social e comprometimento nas indústrias vitícolas do Vale dos Vinhedos associadas à APROVALE e à APROBELO: uma abordagem organizacional. Caxias do Sul, 2010.

GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. American Journal of Sociology, v.78, n.6, p.1360-1380. Chicago, 1973.

G1, Disponível em <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2014/02/moradores-de-reserva-extrativista-em-ro-exploram-couro-e-carne-do-jacare.html>. Acesso em 23 junho 2014.

ICMBIO. RESEX Lago do Cuniã inicia atividades de produção do projeto de manejo de jacarés. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/noticias/20-geral/2034-resex-do-lago-do-cunia-inicia-atividades-de-producao-do-projeto-de-manejo-de-jacares.html?highlight=WyJjdW5pYSJd>. Acesso em 05 agosto 2014.

IFRO. Disponível em <http://www.ifro.edu.br/site/noticias/campus-ariquemes-participam-de-visita-a-reserva-extrativista/>. Acesso em 01 julho 2013.

MARCONI, M.A. ; LAKATOS, E.M. Fundamentos de metodologia científica. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTELETO, Regina Maria; SILVA, Antonio Braz de Oliveira e. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. Ciência da Informação, v. 33, n. 3, 2004.

MINAYO, M. C. S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MMA. Responsabilidade Socioambiental. Disponível em <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>. Acesso em 24 junho 2014.

MOREIRA, R.C.S. A produção extrativista e o manejo florestal em reservas extrativistas: I caso da RESEX Aquariquara de Rondônia, 2010.

MULLER, C. A.; SILVA, N. Q. A. Análise institucional da concepção de reservas extrativistas em Rondônia. ENGEMA, 2012.

NAHAPIET, J.; GHOSHAL, S. Social capital, intellectual capital and the organization advantage. *Academy of Management Review*, n.23, p.242-266, 1998.

NOGUEIRA, Cláudio. M. M.; NOGUEIRA, Maria Alice. A Sociologia da Educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. *Educação & Sociedade*, Campinas, v.23, n.78, p. 15-36, abr., 2002.

PAZE, H.L. Capital Social e Empoderamento. Florianópolis, 2007. 2010

PROVAN, K. G.; AMY, F. M. A.; SYDOW, J. Interorganizational networks at network at the level: a review of empirical literature on whole networks. *Journal of Management*, Stillwater, v. 33, n. 3, p. 479-516, 2007.

PUTNAM, R.D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SILVA, N. Q. A.; MULLER, C. A. S. Análise Institucional da concepção de reservas extrativistas em Rondônia. ENGEMA, São Paulo: 2012.

SILVA, Paulo José. Capital Social em uma rede organizacional de Minas Gerais: Proposição e validação de modelo explicativo. Lavras: 2009.

TSAI, W. Social Capital, strategic relatedness and the formation of intraorganizational linkages. *Strategic Management Journal*, V.21, 925-939, 2000.

UPHOFF, N. Understanding social capital: learning from the analysis and experience of participation. In: DASGUPTA, P.; SERAGELDIN, I. Social capital: a multifaceted perspective. Washington, The International Bank for Reconstruction and Development/The WORLD BANK, 2000.

WASSERMAN, Stanley; FAUST, Katherine. Social network analysis: methods and applications. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. 825 p. (Structural analysis in the social sciences, v.8).

WEGNER, D. Governança, gestão e capital social em redes horizontais de empresas: uma análise de suas relações com o desempenho das empresas participantes. Tese de Doutorado – Escola de Administração, programa de Pós-Graduação em Administração, URGs. Porto Alegre, 2011.

WILLIAMSON, O. E. (1975). Market and Hierarchies: Analysis and Antitrust Implications. New York: The Free Press.

WILLIAMSON, O. E. (1985). *The Economic Institutions of Capitalism* . New York: The Free Press.

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista Semiestruturada

Dimensão Estrutural

1. Quais são as pessoas e organizações que você entende ter contribuído para a efetivação do Projeto de Manejo de Jacarés?
2. Com quem (pessoas/empresas) você mantém mais contato ?
3. Qual a sua opinião sobre a atuação do poder público em relação ao andamento das atividades dentro da RESEX no sentido de promover melhorias e o desenvolvimento da RESEX e de sua população?
4. Na sua opinião de que maneira as relações formais e informais podem contribuir para a troca de informações ?
5. Tudo que tem sido acordado informalmente tem sido cumprido?

DIMENSÃO RELACIONAL

1. Na sua opinião é possível confiar nas organizações com as quais a você mantém relações, simplesmente, porque elas são confiáveis e transparentes?
2. Na sua opinião, a relação de confiança com estas organizações (pessoas) existe porque você as conhece pessoalmente ?
3. Você confia no comportamento ético e moral de seus parceiros?

4. Como as relações entre as pessoas podem contribuir para a aprendizagem de novos conhecimentos e a troca de informações?
5. Como a tradição e o tempo de relacionamento entre os membros da comunidade contribuíram para o sucesso das atividades de manejo e comercialização da carne de jacaré?
6. Como você avalia a amizade entre os membros da comunidade?

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista Semiestruturada – Extrativistas

Dimensão Estrutural

1. Quais são as pessoas e organizações que você entende ter contribuído para a efetivação do Projeto de Manejo de Jacarés?
2. Com quem você mantém mais contato no Projeto Jacaré?
3. Na sua opinião de que maneira as relações formais e informais podem contribuir para a troca de informações e geração de conhecimento?
5. Tudo que tem sido acordado informalmente tem sido cumprido?

DIMENSÃO RELACIONAL

1. Na sua opinião é possível confiar nas organizações com as quais a você mantém relações, simplesmente, porque elas são confiáveis e transparentes?
2. Na sua opinião, a relação de confiança com estas organizações (pessoas) existe porque você as conhece pessoalmente ?
3. Você confia no comportamento ético e moral de seus parceiros?
4. Quando existe um impasse na comunidade como ele é resolvido ?
5. Como a tradição e o tempo de relacionamento entre os membros da comunidade contribuíram para o sucesso das atividades de manejo e comercialização da carne de jacaré?
6. Como você avalia a amizade entre os membros da associação?

7. Você acredita que todos moradores de Cuniã se sentem valorizados como membro da comunidade ? Por que ?

DIMENSÃO COGNITIVA

1. Como as relações entre os membros da comunidade podem contribuir para a aprendizagem de novos conhecimentos e a troca de informações?
2. Como novos conhecimentos são transmitidos na comunidade ?
3. Qual o significado da ASMOCUN para você e para a comunidade ?
4. Como a história da RESEX influenciou na busca do Projeto Jacaré ?
5. Qual o significado da ASMOCUN para voce ? Como a história da ASMOCUN pode influenciar ?

ANEXO 1 – Autorização ICMBio



Ministério do Meio Ambiente - MMA
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 46666-1	Data da Emissão: 20/10/2014 11:51	Data para Revalidação*: 19/11/2015
* De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: PÂMELA BEZERRA SANTOS FERNANDES	CPF: 808.413.252-00
Título do Projeto: REDE DE COMERCIALIZAÇÃO DA CARNE DE JACARÉ: ANÁLISE POR MEIO DO CAPITAL SOCIAL	
Nome da Instituição: Fundação Universidade Federal Rondônia	CNPJ: 04.418.943/0001-90

Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	Coleta dos dados - pesquisa social	12/2014	12/2014

Observações e ressalvas

1	As atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
2	Esta autorização NÃO exige o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, posseiro ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
3	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Instrução Normativa ICMBio nº 03/2014 ou na Instrução Normativa ICMBio nº 10/2010, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
4	O titular de licença ou autorização e os membros de sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos, e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condições in situ.
5	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando da violação da legislação vigente, ou quando da inadequação, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio e o material biológico coletado apreendido nos termos da legislação brasileira em vigor.
6	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em www.mma.gov.br/cgen .
7	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infraestrutura da unidade.

Outras ressalvas

1	Apresentar a pesquisa a comunidade moradora da UC para esclarecimentos.
---	---

Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Município	UF	Descrição do local	Tipo
1	PORTO VELHO	RO	UNIR	Fora de UC Federal
2		RO	RESERVA EXTRATIVISTA DO LAGO DO CUNIÃ	UC Federal

Atividades X Táxons

#	Atividade	Táxons
1	Observação e gravação de imagem ou som	Crocodylidae

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 11693572



Página 1/2



Ministério do Meio Ambiente - MMA
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 46666-1	Data da Emissão: 20/10/2014 11:51	Data para Revalidação*: 19/11/2015
* De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: PÂMELA BEZERRA SANTOS FERNANDES	CPF: 608.413.252-00
Título do Projeto: REDE DE COMERCIALIZAÇÃO DA CARNE DE JACARÉ: ANÁLISE POR MEIO DO CAPITAL SOCIAL	
Nome da Instituição: Fundação Universidade Federal Rondônia	CNPJ: 04.418.943/0001-90

Registro de coleta imprevista de material biológico

De acordo com a Instrução Normativa nº 03/2014, a coleta imprevista de material biológico ou de substrato não contemplado na autorização ou na licença permanente deverá ser anotada na mesma, em campo específico, por ocasião da coleta, devendo esta coleta imprevista ser comunicada por meio do relatório de atividades. O transporte do material biológico ou do substrato deverá ser acompanhado da autorização ou da licença permanente com a devida anotação. O material biológico coletado de forma imprevista, deverá ser destinado à instituição científica e, depositado, preferencialmente, em coleção biológica científica registrada no Cadastro Nacional de Coleções Biológicas (CCBIO).

Taxon*	Qtde.	Tipo de amostra	Qtde.	Data

* Identificar o espécime no nível taxonômico possível.

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 11693572



Página 2/2